

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu



Unidade curricular de Famílias e Redes Sociais de Apoio

(2º ano, 1º semestre)

Portefólio

TURMA A

Carolina Lacerda

Daniela Lourenço

Diana Neves

Tânia Santos

Viseu, 2019-2020



Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Portefólio elaborado no âmbito da UC de Famílias e Redes Sociais de Apoio 2.º ano do curso de Educação Social, sob a orientação das docentes Sara Felizardo (responsável pela UC) e Cátia Magalhães.

Carolina Lacerda nº13149

Daniela Lourenço nº13183


Diana Neves nº13156

Tânia Santos nº13147

Viseu, 2019-2020

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
Parte I - SÍNTESE TEMÁTICA SOBRE FAMÍLIAS E DIVÓRCIO	6
Introdução da síntese temática	6
Conceito de Família	6
Conceito de Conjugalidade	7
Conceito de Parentalidade	8
Cruzamento da parentalidade com a conjugalidade	9
Divórcio	10
Nupcialidade e divorcialidade	13
Adaptação dos filhos após o divórcio	15
O impacto do divórcio no ciclo familiar	20
A importância familiar para a reestruturação da criança após a separação	24
Parte II - TAREFAS REALIZADAS EM AULA	25
TAREFA 1- Conceito de Família na Atualidade	25
TAREFA 2- “Qual o Axioma ou Distorção?”	27
TAREFA 3- Ciclo Vital da Família	28
TAREFA 4- Genogramas e Guião de Entrevista	31
4.1. Genogramas individuais do grupo	32
4.2. Elaboração do Guião de Entrevista para o caso Prático – parte grupal	34
Consentimento Informado- parte grupal	38
4.3. Análise dos dois genogramas – Família “Green” e Família “Brown”- parte grupal	39
Escala de Avaliação	41
TAREFA 6- Famílias Multidesafiadas	42
Tarefa 7- Des(equilíbrios) familiares: famílias e incapacidade	49
Parte III - ESTUDO DO CASO	55
Escolha de uma família	55
Síntese dos dados recolhidos	55
Proposta e linhas de intervenção	57
Escala de avaliação	59
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS	63



ANEXO A- ENTREVISTA	63
ANEXO B- CONSENTIMENTO INFORMADO.....	67
ANEXO C- ESCALAS PREENCHIDAS – “Escala de Apoio Social”.....	68

INTRODUÇÃO

No âmbito da unidade curricular de Família e Redes Sociais de Apoio, do 1º semestre do 2º ano do curso de licenciatura em Educação Social, lecionada pelas docentes Sara Felizardo e Cátia Magalhães, foi-nos proposta a elaboração do presente portefólio. O mesmo é composto por três partes, no qual passamos a enumerar: uma síntese temática acerca do tema “Divórcio”; outra sobre as tarefas propostas em aula e por último, a apresentação do caso.

É de referir que a síntese temática, bem como a família a ser estudada, foi escolhido segundo o grupo de trabalho. Desta forma, a nossa escolha recaiu nesta temática, devido ao grande interesse que persistiu e também por cada vez mais haver mais divórcios. Neste caso, pretendemos aprofundar mais os nossos conhecimentos nesta problemática visto que é comum, sendo que esta poderá ser uma possibilidade para o nosso futuro profissional, trabalhar com indivíduos nesta situação.

Este trabalho teve como objetivo a consolidação dos conhecimentos tratados no decorrer das aulas. Para a sua concretização, apoiamo-nos nos materiais fornecidos pelas docentes da UC e em pesquisas relevantes em base de referências informativas.

Parte I - SÍNTESE TEMÁTICA SOBRE FAMÍLIAS E DIVÓRCIO

Introdução da síntese temática

As docentes Sara Felizardo e Cátia Magalhães propuseram à turma uma síntese temática em que nos foi facultado a escolha da família e tema. Assim, o grupo escolheu como tema “Divórcio”.

Para tal, achamos por bem abordar as diversas fases existentes na face de divórcio e os comportamentos que o mesmo acarreta. Deste modo, começaremos pelos conceitos importantes como família, conjugalidade e parentalidade e o cruzamento entre os dois últimos, em seguida abordamos o divórcio antigamente e o atual. Após aprofundar este tema, trataremos de especificar a adaptação dos filhos após o divórcio, o impacto do divórcio no ciclo familiar e a importância familiar para a reestruturação da criança após a separação.

Para a elaboração do trabalho sustentámo-nos em bases informatizadas.

Conceito de Família

O conceito de família, no seu sentido tradicional, desenvolve-se a partir de um casal que se une numa aliança, originando uma rede extensa e complexa de relações e laços entre os membros que advêm da mesma. (Pires, 2008).

A Família é um núcleo de pessoas unidas em torno de objetivos comuns, por relações de afeto que desenvolvem entre si, de forma organizada/hierarquizada, com interações que lhe conferem individualidade e autonomia.

Este organismo designado de família evolui através de uma série de estádios relativamente previsíveis e universais, constituindo o ciclo vital de desenvolvimento (Falicov, 1988, cit. por Pires, 2008). Para Relvas (1996, cit. por Pires, 2008) este ciclo de vida familiar abrange 5 etapas: Primeira etapa – Formação do casal; Segunda etapa – Família com filhos pequenos; Terceira etapa – Família com filhos na escola; Quarta etapa – Família com filhos adolescentes e por último, Quinta etapa – Família com filhos adultos (ninho vazio, geração sanduiche e geração acordeão).

O modo como se desencadeia a configuração familiar é crucial, pois está ligado ao bem-estar de todos os integrantes, sendo que não se pode declarar que todas as

difficultades familiares são relativas à sua configuração interna. Deste modo, não é suficiente que os pais sejam pessoas ativas na vida de seus filhos, torna-se fundamental que estes estejam envolvidos em redes sociais, que alcancem boa educação escolar, relacionem-se com amigos que lhes proporcionem algo positivo, possam se posicionar simultaneamente aos seus pais emitindo opiniões, contestando certas maneiras, entre outros. Além da configuração familiar, a qualidade de relacionamento entre os constituintes é de grande relevo, pois, supostamente para a sociedade, uma família deverá se apresentar como perfeita e harmoniosa, todavia, a verdadeira situação ocorre presente em suas habitações, isto é, a forma como cada um se trata quando estão juntos sem que que esteja alguém de fora para os criticar. Isto não quer dizer que a configuração de família ideal (se é que existe) deverá ser isenta de discussões e conflitos, pois estas situações sempre estarão presentes. Contudo, a diferença ocorre na forma como se soluciona o conflito, se há ou não respeito de todos os elementos, e se a situação conflituosa foi descoberta através de um consenso entre todos (Carneiro, 2008).

De modo geral, a concepção de família procederá da cultura em que está inserida, havendo assim uma diferenciação nas interpretações. Destacando-se assim, que não existe um conceito que abranja todas as definições, pois, para cada individuo há um sentido distinto de acordo com as suas vivências e costumes transmitidos (Carneiro, 2008).

Conceito de Conjugalidade

O conceito conjugalidade remete para uma identidade específica, que é constituída por experiências relacionais dos dois membros do casal, sem nunca perder as suas respectivas identidades individuais, ou seja, refere-se à díade conjugal e constitui o espaço de apoio e de desenvolvimento familiar. É neste momento que se conjugam as semelhanças e diferenças, complementaridades e simetrias, proximidades e distâncias (Narciso & Costa, 1996 cit. por Pedro, 2013). No estabelecimento de relações de proximidade com os outros e com o seu companheiro, um dos fatores principais para o individuo é a proteção, este fator é determinante pois acarreta ao casal uma elevada qualidade de vida, enquanto que quando existe ausência deste fator associa-se a depressão e até mesmo o suicídio (Wright & Aron, 2004 cit. por Lopes, 2008 cit. por Pedro, 2013).

Numa visão sistémica, a formação da conjugalidade é um processo complexo, envolvendo vários níveis de relacionamento e contextos que vão resultar na definição psicossocial de uma relação estável (Pedro, 2013).

Cada indivíduo, ao investir numa relação a dois, experimenta uma construção da sua própria realidade individual, criando referências comuns e uma identidade conjugal. Esta relação é feita através de trocas verbais ou não-verbais entre os parceiros coordenando assim, as suas ações recíprocas, comprometendo-se com a construção de uma história comum, sabendo que a mudança na ação de um dos cônjuges afeta o outro (Féres-Carneiro & Neto, 2010 cit. por Pedro, 2013).

Skinner e Cleese (1990 cit. por Lopes, 2008 cit. por Pedro, 2013) defendem que a escolha depende do indivíduo tendo por base processos psicológicos inconscientes que proporcionam a continuidade da trama no seio familiar. Numa relação conjugal completa, há necessidades tais como: de suporte, de segurança, de proteção, de intimidade, de comunicação e estabilidade.

O ato de escolha começa pelo companheiro, de seguida vem o casamento. É no seio familiar que se inicia a socialização, especialmente as relações com os pais e irmãos. Com a família inicia-se um novo sistema, marcado por redes de relação- internas e externas.

Segundo Torres (1996 cit. por Pedro, 2013), a conjugalidade pode ser categorizada em três padrões de referência: o casamento institucional, os indivíduos investem no casamento como um privilégio para obter felicidade e realização pessoal; o casamento funcional, os sujeitos apresentam características de insistência na exclusividade e perpetuidade do laço conjugal e o casamento associativo, os sujeitos são maioritariamente jovens e a troca do valor afetivo é elevado, porém neste grupo surgem taxas elevadas de divórcio devido ao compromisso torna-se alvo de conflitos e crises conjugais.

Conceito de Parentalidade

A parentalidade refere-se às funções executivas que os pais exercem sobre os seus filhos, tais como proteção, educação e integração na cultura familiar. É de realçar que

estas funções podem ser exercidas por outros, não necessariamente os pais biológicos, podendo ser família ou não (Sousa, 2006 cit. por Pires, 2008).

Assim, o subsistema parental começa por construir o modelo de parentalidade resultado dos elementos das famílias de origem, esta é uma evolução familiar e de vivências da própria família. Neste modelo, devem permanecer as interações entre pais-filhos, uma vez que é aqui que a criança aprende a noção de autoridade, negociação e lidar com os diversos conflitos numa relação vertical, desenvolvendo o sentido de filiação e de pertença familiar (Sousa, 2006 cit. por Pires, 2008). O ambiente deve ser de segurança e deve forma a fornecer as ferramentas necessárias para que a criança se desenvolva.

A adaptação é relevante nesta fase, pois esta está dependente do stress da família devido ao nascimento de um filho.

O processo de transição para a parentalidade tem sido visto como uma crise importante na vida da mulher, devido às adaptações importantes e a curto prazo. Começa a existir cuidados redobrados no seu estilo de vida e hábitos, passará por transformações físicas e psicológicas. É uma maratona de medos, surpresas, deceções, alegrias, barreiras e vitórias (Pires, 2008).

Cruzamento da parentalidade com a conjugalidade

Segundo Alarcão (2002 cit. por Pires, 2008), quando ocorre a emergência dos subsistemas conjugal e parental é necessário, que se obtenha uma reorganização intra-familiar, inter-familiar e inter-sistémica. Neste momento ocorrem mudanças na árvore genealógica, passando a família que era nuclear, a família de origem.

A literatura tem comprovado que nem sempre a realidade corresponde a esta idealização, trazendo problemas aos cônjuges. Nesta fase, verifica-se o nascimento de um filho, podendo trazer um decréscimo na satisfação conjugal e iniciar dificuldades que podem levar ao divórcio (Gottman & Silver, 2002; Keith & Whitaker, 1988 cit por Monteiro 2005 cit. por Pires, 2008). Uma das fontes de conflito é o apoio que as famílias de origem dão, nomeadamente, quando ocorrem abusos de poder, choque entre modelos educativos, expectativas de apoio não cumpridas e deslocamento de outras problemáticas relacionais (Alarcão, 2002 cit. por Pires, 2008).

De acordo com as investigações de Gottman (1994), quando os casais atingem o ponto de separação, uma cascata negativa está em progressão na qual as interações tornaram-se muito aversivas e as interações positivas já não equilibram as mudanças negativas. Compreende-se que nesta fase o principal desafio para o casal é conseguir articular a conjugalidade com a parentalidade. Vários estudos têm apontado que a transição para a parentalidade é um período crítico para a satisfação conjugal. Por exemplo, pesquisadores como Wilkinson e Crohan (1995;1996 cit. por Pires, 2008) investigaram as mudanças na qualidade da relação conjugal de casais que passavam pela transição da conjugalidade para a parentalidade a partir do nascimento do primeiro filho. Estes autores verificaram que o declínio da felicidade e da satisfação conjugal é mais acentuada nos casais com filhos do que os sem filhos.

Pesquisas a famílias casadas revelam que o recíproco suporte conjugal, tanto emocional e instrumental, está associado a melhor parentalidade tanto pelas mães como pelos pais (Belsky, 1990; Cowan & Cowan, 1988; Easterbrooks & Emde, 1988; Gable, Belsky & Crnic, 1992; Howes & Markman, 1989 cit. por Pires, 2008). Casamentos bem sucedidos estão associados a parentalidade sensível e relações pai-filho calorosas. Quando as mães desempenham um papel de regulação no envolvimento do pai com a criança, o seu suporte positivo é significativo, afetando a qualidade do contacto do pai (Belsky, Youngblade, Rovine & Volling, 1991 cit. por Pires, 2008).

Em suma, a família terá de ser capaz de se fechar em si mesma, para repor forças, e de se abrir a novas oportunidades exteriores, para enfrentar as mudanças imprevisíveis. Será através do cruzamento destes dois, na vida conjugal e parental, que se moldará o seu êxito e validará a sua função libertadora nas situações de fracasso (Sousa, 2006 cit. por Pires, 2008).

Divórcio

No século XVI, o divórcio alterou-se devido à industrialização, urbanização, às práticas religiosas, mudanças nos princípios morais e leis do casamento e divórcio (Roderick Philips, 1996 cit. por Caramelo, 2008).

Até á década de 60, houve um aumento significativo do divórcio, isto pode ser explicado pelas transformações existentes na vida familiar, a autonomia e liberdade de

cada indivíduo e o papel da mulher que mudou no mercado de trabalho, mas muitas das vezes era também difícil pelo facto de ser muito caro, sendo que nesta altura era mais normal só as pessoas mais ricas o concretizassem. (Roderick Philips, 1996 cit. por Caramelo, 2008)

A partir dos anos 60 o divórcio tem vindo a aumentar muito, isto pela mudança de leis, as mulheres cada vez mais no mercado de trabalho, mudanças de atitude em relação ao divórcio. (Roderick Philips, 1996 cit. por Caramelo, 2008).

“O divórcio não dever ser visto como um acontecimento isolado, mas sim como resultado da interação de múltiplos mediadores psicossociais condicionadores de características individuais e de contextos desenvolvimentais” (Amato, 2010 cit. por Lage, 2018, p.11).

Os principais motivos que originam o divórcio são os feitos diferentes e que não se conseguem entender, a divisão de tarefas mal definida, rotina, problemas económicos, falta de diálogo e as discussões. Por vezes, os casais tendem a continuar no relacionamento e não se divorciarem por motivos económicos ou pelos filhos. (Tuga, s.d cit. Caramelo, 2008)

Outro possível fator prende-se com expectativas pré- conjugais, ou seja, são expectativas criadas pelos indivíduos no casamento, podendo as mesmas estarem relacionadas com a satisfação futura ou ligada ao subsistema conjugal. Muitas das vezes, os indivíduos criam ideias preconcebidas que o casamento é perfeito e ao longo do tempo percebem que a realidade não corresponde ficando por sua vez, desiludidos (Larson, 1998 & Holman, 1994 cit. por Botelho, 2018). Segundo Ariplakal e George (2015 cit. por Botelho, 2018) verificar-se que muitos dos indivíduos não estão preparados para o que será a vida pós-matrimonial.

A disfuncionalidade das famílias, por vezes leva a que a confiança e a capacidade dos indivíduos se relacionarem sejam escassas, fazendo com que ocorra menos oportunidades para adquirir competências necessárias para o sucesso da mesma, fazendo a família de origem outro possível fator (Clarke-Stewart & Brentano, 2006 cit. por Botelho, 2018).

Outro possível fator, segundo White (1990 cit. por Botelho, 2018), que se apresenta como uma causa pode ser a idade no casamento, quem contrai o matrimónio mais cedo tem proveniência para ter mais problemas conjugais do que os indivíduos que casam tardiamente. Ainda também o abuso de substâncias, como por exemplo, o alcoolismo, comportamento de risco pode levar a problemas de saúde, no desemprego e episódios de violência (Collins, Ellickson & Klein, 2007 cit. por Botelho, 2018). Os problemas psicológicos são também uns dos responsáveis pelo elevado número de divórcios, nomeadamente, perturbações em termos de personalidade, depressivas e de ansiedade (Clarke – Stewart & Brentano, 2006 cit. por Botelho, 2018).

Para finalizar, outro dos diversos fatores, a infidelidade conjugal (Féres – Carneiro, 2003 cit. por Botelho, 2018). Como refere Costa (1994 cit. por Pedro, 2013) defende que os principais fatores que contribuem para rutura conjugal são: a insatisfação com a relação; a falta de comunicação; as alterações de papéis entre cônjuges; os problemas do ciclo vital, e a insegurança

Segundo Pasquali e Moura (2003 cit. por Botelho, 2018), o aumento de divórcios levou a um maior relevo por parte dos investigadores. Perante este cenário verifica-se que o crescente número de casos de dissolução conjugal e relações instáveis e de breve duração, são fatores cruciais para compreender este fenómeno. Em 2003, a percentagem era elevada fazendo com que os investigadores considerassem o divórcio, uma crise normativa (Zordan, 2010 cit. por Botelho, 2018).

O divórcio acarreta consequências aos elementos do subsistema conjugal, fazendo com que existam dificuldades a um nível económico e falta de apoio social, principalmente dos parentes ou amigos em comum. Além disso, este fenómeno tende a ocorrer no subsistema parental, sendo que neste já existe filhos, as dificuldades presentes nesta etapa da vida acontecem devido à dificuldade ao nível da parentalidade, ao nível económico e à dificuldade em manter contacto com o seu ex – parceiro (Botelho, 2018). O divórcio traz com ele efeitos próprios, como os filhos menores do casal, que é o maior motivo que origina conflito, sendo que se os pais não conseguirem chegar a uma conclusão de quem fica com o filho, terá de ser o tribunal a decidir, como também a prestação alimentar que tem que ser dada por um dos cônjuges em função da idade, estado de saúde do próprio, qualificações, etc (Caramelo, 2008)

Após o divórcio os pais poderão assumir duas posturas, uma delas é a postura construtiva, que é quando pensam no bem-estar dos seus filhos e nunca os tentam manipular com alguma intenção. A outra é a postura destrutiva que é quando um dos cônjuges usa o filho para afectar o outro (Caramelo, 2008).

Segundo Zordan (2010 cit. por Botelho, 2018), os indivíduos apenas permanecem numa relação quando ainda provém uma satisfação da mesma, uma vez que tal não aconteça, pode ocorrer insatisfação conjugal, sendo a separação mais pertinente e uma das soluções para acabar com o sofrimento e acontecimentos indesejados. Esta separação trará um papel central na vida dos sujeitos, trazendo maior independência, autonomia e liberdade na vida.

Nupcialidade e divorcialidade

Em 2017, verificou-se uma descida nas dissoluções conjugais. Neste ano realizaram-se em Portugal 33634, mais de 3,8% que no ano de 2016 (32399). A média da idade de casamento, no ano de 2017, no sexo feminino é de 31,6 anos e para o sexo masculino é de 33,2 anos (INE, 2018).

Quanto aos divórcios reduziu-se cerca de 3,4% em relação ao ano anterior para 21577. A idade média foi de 46,7% para os homens e 44,5% para as mulheres (INE, 2018).

A taxa bruta de nupcialidade aumentou para 3,3 casamentos por mil habitantes, sendo no ano anterior 3,1 %, representado no gráfico 1 (INE, 2018).

Casamentos (N.º) e Taxa bruta de nupcialidade (‰), Portugal, 2012-2017

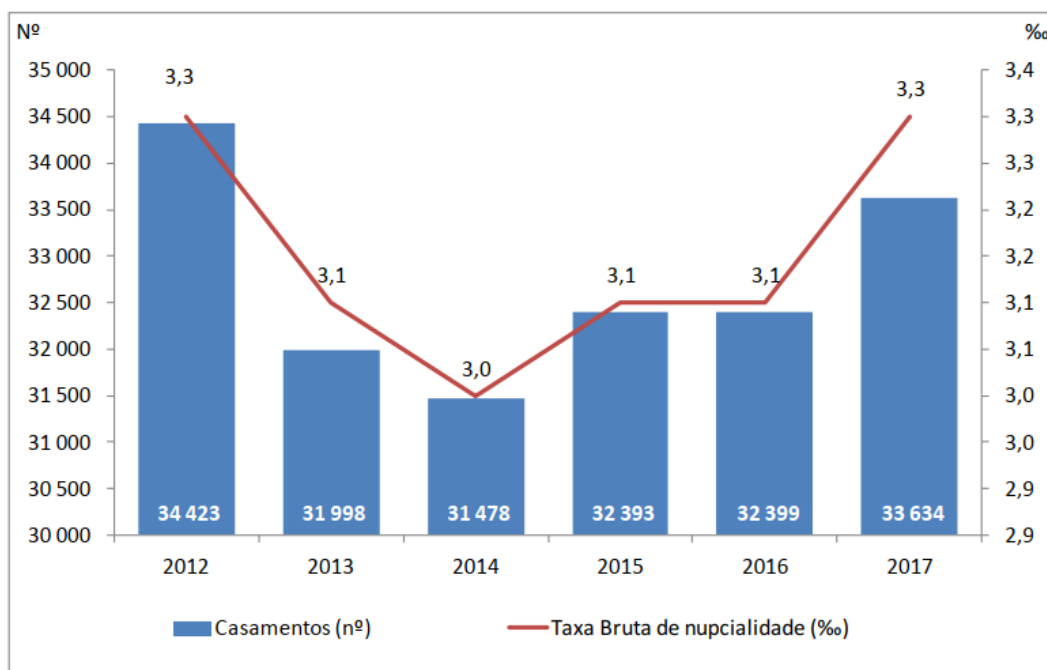


Gráfico 1: INE, 2018. Número de Casamentos e Taxa de Nupcialidade em Portugal, 2012-2018.

Em 2017, como representa o gráfico 2, foram decretados 21577 divórcios, menos que no ano 2016 que obteve 22340.

O aumento verificou-se em 2012, acabando no ano 2013 e 2014 a existir uma diminuição. Em 2015 houve um ligeiro aumento, sendo que nos anos que prosseguiram ocorreu a descida. A maior redução verificou-se no ano de 2014, com 21988 divórcios decretados em relação aos outros anos. Em 2017 o decréscimo foi de 763.

Os valores da taxa de divorcialidade acompanham a tendência de evolução do número de divórcios decretados. Existiu um valor baixo de 2,5%, atingindo em 2017 2,1 % de divórcios por mil habitantes, tendo um valor inferior ao ano anterior.

Divórcios (N.º) e Taxa bruta de divorcialidade (‰), Portugal, 2012-2017

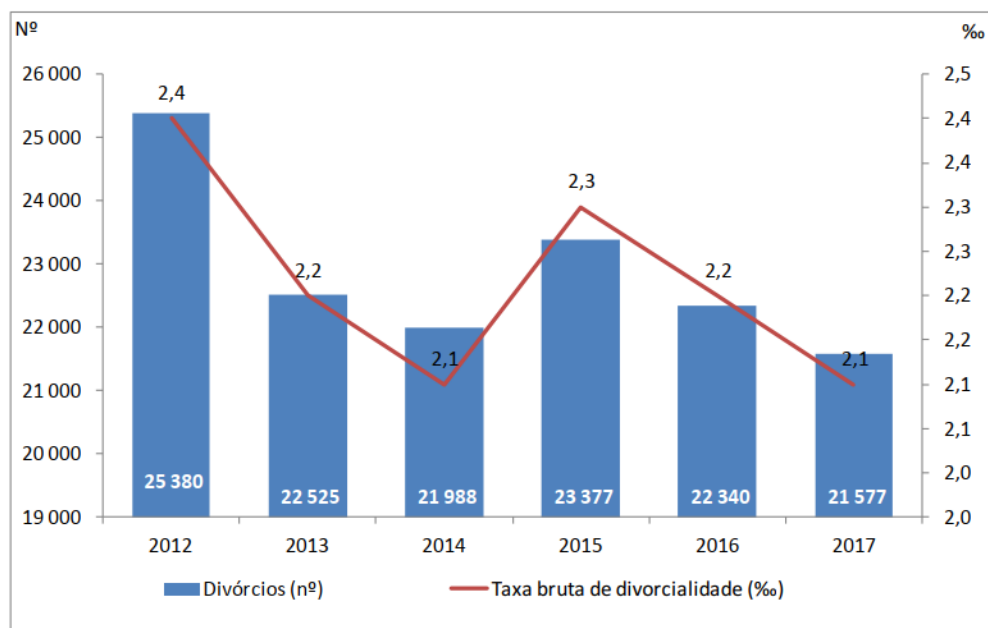


Gráfico 2: INE, 2018. Número de Divórcios e Taxa de Divorcialidade em Portugal, 2012-2018.

Adaptação dos filhos após o divórcio

Segundo o que nos indica Lamb (1998 cit. por Schwingel & Carvalho, 2010) a parentalidade pode ser traduzida como aquilo que conduz a criança ao seu desenvolvimento e à sua sobrevivência. Desta forma, o papel dos pais, ou de quem exerce a parentalidade, torna-se de extrema importância visto que são estes que possibilitam à criança que ela desenvolva os principais processos psicológicos e também a influenciam a nível emocional e afetivo, uma vez que a relação dos pais entre si e a relação dos pais com a criança, serão o exemplo que a criança terá para as suas relações (Dias, 2008 cit. por Schwingel & Carvalho, 2010).

Já quando se vive numa situação de co-parentalidade, geralmente derivada de um divórcio ou separação, há uma tendência para se fazer a repartição de tarefas por parte dos pais, o que, na perspetiva de Taanila et al. (2002 cit. por Schwingel & Carvalho, 2010) funciona como uma proteção para a saúde mental da criança depois de ter que se deparar com um acontecimento como o divórcio ou separação dos seus progenitores.

O divórcio é sempre um acontecimento que acarreta um mal-estar e uma angústia consigo, já que se está a falar de um ponto final numa relação e numa promessa que havia sido feita para uma vida (Torres, 1996 cit. por Schwingel & Carvalho, 2010). Dolto (1999 cit. por Schwingel & Carvalho, 2010) diz ainda que o divórcio é um acontecimento social e que este pode ser sempre melhor ou pior de encarar dependendo de como os pais o assumem diante das crianças. Com isto, há então, inevitavelmente, uma mudança tanto nos pais como nos filhos graças à passagem por um divórcio, visto que haverão sempre rotinas que terão de ser alteradas e todos se tornam vulneráveis a isso, não devendo nunca deixar que as crianças se sintam responsáveis por este momento vivenciado pelos pais (Thompson & Amato, 1999 cit. por Schwingel & Carvalho, 2010), já que muitas vezes estas têm tendência para se culparem por aquilo que está a acontecer e pelo pai se ter ido embora de casa (Dolto, 1999; Cemir, 2003 cit. por Schwingel & Carvalho, 2010). Wallerstein e Kelly (1980 cit. por Schwingel & Carvalho, 2010) acrescentam ainda que a questão do divórcio é um tema que mantém as crianças acordadas na tentativa de arranjam respostas para as suas dúvidas.

Com isto, pode-se afirmar que o divórcio provoca mudanças em toda a dinâmica familiar e que é um processo que demora o seu tempo, com os seus problemas e as suas dificuldades (Charlish, 2001 cit. por Schwingel & Carvalho, 2010).

Existem vários autores, tais como Marques (2002), Sedo e Valls-Llobet (2008) que consideram importante o ex-casal deixar claro perante os filhos que, apesar do divórcio, nada muda naquilo que eles sentem pelos próprios filhos e que ainda os amam. Isto é importante porque vai aliviar ou até eliminar o medo com que as crianças ficam de serem abandonadas e vai também manter a confiança que estas têm nos pais (Schwingel & Carvalho, 2010).

Segundo os resultados obtidos por Schwingel e Carvalho (2010) no seu estudo, depois do divórcio, os pais dizem manter uma boa relação com os seus filhos. No que toca às mães, estas consideram que passam a ter uma relação mais próxima com eles, com uma maior disponibilidade e mais amigável. Com isto, pode-se entender que havendo ou não divórcio, há uma tendência para que as relações entre os pais e os filhos se mantenham boas e como eram antes.

Constatou-se também que, na maioria dos casos, a guarda dos filhos pertence à mãe, e que por isso há uma necessidade maior de a mãe ter o seu tempo e a sua rotina

com a criança bem organizadas. Relativamente aos pais, denota-se que há que um esforço da parte destes para que consigam conciliar e organizar as suas vidas com as dos filhos para que quando estão com eles as visitas possam ser o mais agradáveis possíveis (Schwingel & Carvalho, 2010).

Quanto mais nova for a criança menor será o impacto que esta irá sentir com o divórcio dos pais, isto porque não têm ainda a capacidade de assimilar os factos e têm uma maior abstração em relação ao que se passa à volta delas. Assim sendo, os efeitos que o divórcio provoca variam sempre consoante a idade dos filhos do casal quando se estão a separar (Schwingel & Carvalho, 2010).

Os efeitos do divórcio nem sempre são prejudiciais, isto porque muitas vezes os motivos que levam a essa separação são aquilo que gera conflitos dentro da família e que não permite que haja relações tão harmoniosas entre os seus membros, o que pode também ter efeitos negativos no desenvolvimento dos filhos. Assim sendo, dando-se a separação, esses conflitos têm tendência a diminuir e a situação familiar passa a ter um ambiente melhor (Kelly & Emery, 2003; Amato & Afifi, 2006; Benetti, 2006 cit. por Hack & Ramires, 2010).

A principal característica que se associa automaticamente ao divórcio é a saída de casa de um dos pais, contudo, não é apenas isso que acontece, com a separação pode vir também por arrasto dificuldades a nível económico, pode também significar uma mudança de casa e de escola, que levará a um afastamento dos amigos, um menor contacto com os avós e com um dos pais e poderá ainda também haver uma continuidade do conflito já existente entre os pais, mas que agora passa a ser devido a disputas da guarda dos filhos e das respetivas pensões (Amato, 2001; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Souza, 1999 cit. por Hack & Ramires, 2010).

O divórcio traz grandes consequências para a criança na escola, podendo criar analfabetização, dificuldade na concentração e em socializar com as outras crianças, influenciando isto na vida da criança. (Raposo et al, 2010 cit. por Silva & Gonçalves, 2016)

A saúde mental dos filhos é sustentada pelo relacionamento que os progenitores têm na pré e pós-separação, pois até muitas das vezes depois da separação dos pais poderá

haver uma separação com os filhos por parte de um dos cônjuges, criando assim problemas emocionais na criança. (Souza, 2000 cit. por Silva & Gonçalves, 2016)

-Desenvolvimento Infantil

O desenvolvimento dos filhos depende dos pais, pois são estes que têm como função promover a segurança, independência e competências sociais, o que seria bastante importante que após o divórcio os pais mantivessem uma relação suficientemente saudável para a criança se conseguir adaptar melhor à nova estrutura familiar, principalmente com os filhos mais novos, pois são os que mais sofrem com a separação. (Newcombe, 1999 cit. por Silva & Gonçalves, 2016)

Nesta fase a criança pode vir a ter bastantes dificuldades na autoestima, estes começam a chorar com mais facilidade, tornam-se mais anti sociais, começam a criticar-se muito. (Oaklander, 1980 cit. por Silva & Gonçalves, 2016)

-Saúde Mental da criança

A saúde mental da criança pode ser prejudicada pela ausência de um dos progenitores na fase de desenvolvimento, devido às várias situações novas que a criança é confrontada e pelas mudanças que tem de encarar (FERRIOLLI, 2007 cit. por Silva & Gonçalves, 2016), como também o facto dos pais não manterem uma relação saudável e terem bastantes conflitos, sendo que as crianças assistem e seria importante para elas que a relação fosse minimamente saudável (GRZYBOWSKI, 2010 cit. por Silva & Gonçalves, 2016).

Com isto, existem vários fatores que podem ter impacto na maneira como as crianças e os adolescentes se adaptam à situação do divórcio, sendo eles o tempo da separação, a própria personalidade também condiciona as maneiras de enfrentar este acontecimento, a idade que têm no momento em que acontece, o género, o grau de conflito existente entre os pais e ainda a qualidade da parentalidade (Hack & Ramires, 2010).

Souza e Ramires (2006 cit. por Hack & Ramires, 2010) dizem que na fase logo após o divórcio é quando é mais comum os filhos mostrarem dificuldades, preocupações e sintomas onde é muito frequente existir um medo por parte dos filhos em relação a serem eles também separados e perderem o contacto com a figura masculina parental.

Com isto, as crianças e adolescentes podem-se sentir deprimidos e irritados, haver uma quebra no rendimento escolar e ainda problemas ao nível as relações interpessoais (Amato, 2001; Wallerstein & Kelly, 1998; Wolchik et al., 2002 cit. por Hack & Ramires, 2010).

Tendencialmente, o tempo que demora a que haja uma adaptação, ajustamento e que se denota uma diminuição dos sintomas é de cerca de 1 a 3 anos, visto que é quando se começa a perceber que a separação que houve não é uma separação parental mas sim conjugal (Cohen, 2002; Kelly & Emery, 2003; Ramires, 1999 cit. por Hack & Ramires, 2010).

Os conflitos existentes entre os pais influenciam diretamente a relação entre pais e filhos, sendo que, quando existe uma separação litigiosa, se verifica uma falta de diálogo entre os pais acerca da criança ou um incumprimento dos acordos feitos dificultam muito mais o processo e pode então levar a que se dê o fenómeno “PAS (Síndrome de Alienação Parental)” que acontece quando se nota um afastamento do pai, não por sua opção mas sim por imposição da mãe, que começa a não permitir o contacto da criança com o pai e manipula o filho contra ele (Souza, 2000; Boch-Galhau, 2002 cit. por Hack & Ramires, 2010).

Apesar de não existir uma definição daquilo que é o tempo suficiente com um filho, depois de se efetuar a separação pode haver uma menor qualidade da parentalidade, já que há um afastamento entre pais e filhos e o tempo que passam juntos pode ser considerado insuficiente (Dantas et al., 2004 cit. por Hack & Ramires, 2010). É ainda considerado que há sempre um maior risco de afastamento por parte dos pais do que das mães, isto porque, na nossa cultura, a grande maioria das vezes quem fica responsável pela guarda dos filhos é a mãe, e mesmo quando não é esse o caso, as mães são mais presentes e visitam mais vezes os filhos do que os pais (Kelly & Emery, 2003; Storken et al., 2005 cit. por Hack & Ramires, 2010).

Existem ainda diferenças nas reações consoante o género da criança e adolescente. No primeiro ano após a separação os meninos são quem apresenta mais

problemas no que toca ao comportamento, isto porque é mais difícil para eles adaptarem-se à falta da presença de uma figura masculina (Hetherington & Kelly, 2002 cit. por Hack & Ramires, 2010).

As idades em que os filhos se encontram quando se dá o divórcio podem também ser um fator que influencia a maneira de estes lidarem com a situação.

Concluindo, o divórcio apenas se torna um risco para as crianças se se verificar um afastamento de uma das figuras parentais ou se o conflito entre os ex-cônjuges continuar mesmo após o divórcio, porque muitas vezes já havia a existência de fragilidades na relação entre pais e filhos e a culpa não pode ser atribuída ao divórcio (Hack & Ramires, 2010).

O impacto do divórcio no ciclo familiar

O grau em que a família será afetada pelo divórcio encontrar-se-á dependente do Ciclo de Vida Familiar em que esta se encontra, já que o rompimento conceberá um desequilíbrio e será necessária uma nova readaptação de contextos sociais, emocionais e económicos entre todos os envolvidos. Entretanto, ele pode ocorrer em qualquer etapa do Ciclo de Vida Familiar e irá impactar distintas famílias e pessoas, de diferentes formas (Carter & McGoldrick 1995 cit. por Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017). É possível compreender ainda que, cada etapa do ciclo de vida expõe variados stresses que podem contribuir para um pedido de divórcio quando os cônjuges não conseguem lidar com eles (Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017).

Podem-se então encontrar os seguintes possíveis impactos do divórcio nas diferentes etapas do Ciclo de Vida Familiar:

O divórcio em casais recém-casados (sem filhos)

O divórcio provoca uma menor rutura nesta fase da vida, pois estão poucas pessoas envolvidas e como casal são estabelecidos poucos laços sociais. Para Carter e McGoldrick (1995 cit. por Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017), recomeçar não é tão difícil, uma vez que ambos passaram mais tempo experienciando a vida como solteiros do que a vida como casados e podem utilizar esta estrutura como referência. A independência financeira, as questões profissionais e as tarefas de socialização tornam-

se mais fáceis, particularmente no clima atual de famílias com duas carreiras. As dissoluções dos laços conjugais, nestes casos, podem estar relacionadas com a formação do casal quando os cônjuges, não resolvidos com a família nuclear, querem se afastar das suas famílias de origem ou se conheceram após uma perda significativa. É importante investigar se os cônjuges conseguiram a sua diferenciação em relação à família de origem, já que a não-diferenciação pode gerar diversos problemas que contribuam de alguma forma para o divórcio (Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017).

Sendo assim, antes da união é primordial que o casal avalie o que os une, por mais que, no dia a dia as diferenças apareçam, sendo necessário saber se tais diferenças podem ser trabalhadas visando o crescimento do casal (Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017).

Divórcio nas famílias com filhos pequenos

As famílias que têm filhos pequenos podem vir a sofrer um maior risco de separação, pois a família faz a transição onde redefine o relacionamento, já que assumem o papel de cuidadores frente a sociedade, amigos e família (Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017). O nascimento de um filho tem um impacto direto na conjugalidade (Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017). Muitos divórcios acontecem quando a parentalidade suprime a conjugalidade (Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017). O casal deixa de vivenciar a intimidade e o foco passa a ser nos cuidados da criança (Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017).

Ainda seguindo os estudos de Carter e McGoldrick (1995 cit. por Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017), nesta fase, o divórcio pode gerar crianças exigentes ou retraídas, além de sentimentos de inseguranças; pode haver regressão e dependendo da maneira em que os pais respondem às reações das crianças frente essa rutura familiar, pode haver interferência no desenvolvimento sexual da criança.

Família com filhos na idade da escola elementar

Segundo os estudos de Teyber (1995, p. 19 cit. por Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017), há indícios de que as crianças com idades entre 6 e 8 anos sintam uma grande tristeza pela perda da estrutura familiar. Os meninos, com particular intensidade, sintam mais saudades do progenitor que partiu e imaginam uma reconciliação, ao mesmo

tempo em que podem vivenciar um sentimento de rejeição que pode gerar um baixo rendimento escolar. Já nas crianças com idades entre 9 a 12 anos, o principal sentimento entendido é a raiva, principalmente contra o progenitor que iniciou a separação, mas junta-se a isso os sentimentos de solidão e de impotência frente às mudanças que estão acontecendo ao longo das suas vidas (Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017).

O divórcio nas famílias com adolescentes

Segundo Teyber (1995, p. 19 cit. por Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017), os pais acabam envolvendo os filhos, principalmente os adolescentes, nos dramas vivenciados pelo casal, e isso pode gerar conflitos de lealdade levando-os a assumirem posturas acusatórias, o que pode gerar comportamentos autodestrutivos. Seguindo o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (2015 cit. por Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017), o filho pode estar no meio dos conflitos dos pais de várias formas: sendo mensageiro para transmitir recados de um pai para o outro; sendo informante para dizer a um dos pais sobre a vida pessoal do outro; ouvindo afirmações negativas de um pai sobre o outro ou sobre outro membro da família; sendo usado por um dos pais para entregar o cheque da pensão alimentícia para o outro ou a mensagem de que o cheque está atrasado ou ainda sendo obrigado a tomar partido ou a escolher apenas um dos pais para continuar amando.

O divórcio nas famílias com filhos a saírem de casa dos pais

Os filhos que estão a sair de casa dos progenitores, isto é, já estão a sair de casa para seguirem com as suas vidas, podem experienciar um sentimento de perda da vida familiar e mesmo, o sentimento de abandono. Entretanto, como já estão com vínculos estáveis, podem se preocupar com os seus relacionamentos amorosos.

Nesta fase, há grandes riscos de os pais pedirem uma maior atenção dos filhos para remediar a solidão, colocando-os em situações que os levem a assumir responsabilidades que não lhes pertença (Felício, Edson, Roldão & Diniz, 2017).

Quanto aos divórcios mal resolvidos, os principais prejudicados são os filhos. Porém não se pode fantasiar uma separação em que a criança seja totalmente poupada, uma vez que elas fazem parte do sistema familiar e, por isso, sofrem com as

transformações dos outros elementos que integram o seu sistema familiar (Denardi, Moura & Fernandes, 2017).

Para preservar os filhos e possibilitar sua participação de forma protegida, um especialista em desenvolvimento de crianças e adolescentes irá auxiliar os pais a entenderem o lado dos filhos nesse processo de rutura conjugal. Este especialista em crianças é licenciado em saúde mental com treino e experiência em sistemas familiares, desenvolvimento infantil e práticas colaborativas. Desta forma, pode possibilitar a construção de um ambiente seguro e sigiloso para que os filhos possam fazer perguntas e partilhar sentimentos e necessidades. Somente assim poderá assegurar-se de que todos trabalharão na construção de um plano parental responsável e adequado às crianças que se encontram nesta situação, afastando-se da ideia de que existe um “molde” que configure o ideal para cada família (Denardi, Moura & Fernandes, 2017).

Quando o especialista em desenvolvimento infantil participa das reuniões com os pais, trabalha em conjunto com outros técnicos, que igualmente se esforçam para fortalecer as responsabilidades parentais, mesmo com o fim da relação conjugal dos progenitores. A atuação do profissional é breve e pontual, não podendo – assim como os demais profissionais do grupo – manter relacionamento com os clientes. O profissional tem somente o contacto necessário com a criança, afastando-se do papel de terapeuta. Os olhares dirigidos são informativos, ajudando os pais a pensarem nos filhos como sujeitos para que estes tomem as decisões mais adequadas, não ficando dependentes das percepções deste profissional (Denardi, Moura & Fernandes, 2017).

Os especialistas comunicam-se em reunião, de forma oral, preferencialmente na presença de ambos os progenitores. A partir da identificação de temas sensíveis o time pode concluir ser positivo a presença de experts para essa conversa, reduzindo as oportunidades de interpretações equivocadas. É preciso perceber que os vínculos parentais não são serrados, nem suprimidos. Eles apenas se modificam com o fim do vínculo conjugal. Deste modo, os pais devem gerir o desfasamento da sua relação visando promover a harmonia do convívio um com o outro em benefício dos filhos (Denardi, Moura & Fernandes, 2017).

Segundo (Ferraris, s.d cit. por Denardi, Moura & Fernandes, 2017), as crianças precisam de estabilidade e pontos de referência claros e facilmente identificáveis. Portanto, fica claro que é fundamental a manutenção o convívio da criança com ambos

os pais para que o seu desenvolvimento seja plenamente saudável. Neste enquadramento as práticas colaborativas são uma alternativa possível para auxiliar a reconstruir e potencializar os laços parentais.

A importância familiar para a reestruturação da criança após a separação

Segundo Santos (2013 cit. por Silva & Gonçalves, 2016) as fases do divórcio são:

Fase aguda: pré-divórcio, onde é revelada as brigas, conflitos e discussões, existe insatisfação um com o outro e a criança sente-se frustrada.

Fase transitória: onde se estabelecem as novas regras entre os pais e filhos devido á nova estrutura familiar.

Fase do ajuste: fase onde o divórcio é aceite.

Após o divórcio os pais podem brigar pela guarda da criança, o que pode prejudicar o vínculo da família. A criança terá de reorganizar as figuras com ambos, visto que estará dividida e viverá em casas e ambientes diferentes, o que seria vantajoso para a criança que estes ambientes fossem idênticos. (Grzybowski, 2010 cit. por Silva & Gonçalves, 2016)

Na fase do divórcio e pós-divórcio o diálogo e a existência de um profissional é bastante importante para minimizar o sofrimento da criança, sendo que estes podem até mesmo compartilhar os seus medos e o que os incomoda, ajudando mutuamente os pais como a criança (Bolsoni, 2009 cit. por Silva & Gonçalves, 2016)

Parte II - TAREFAS REALIZADAS EM AULA

TAREFA 1- Conceito de Família na Atualidade

Data e Enquadramento

Na aula, do dia 25 de setembro, foi-nos solicitada, pela docente Cátia Magalhães, realização da tarefa 1, que envolvia responder a perguntas da qual se relacionam com a definição de família na atualidade e a análise de casos sobre duas famílias que a docente nos forneceu, de maneira a identificarmos e caracterizarmos os subsistemas dos sistemas familiares, nomeando o tipo de família e realizando a caracterização das fronteiras entre subsistemas e hierarquias sistémicas de cada caso utilizando os símbolos respetivos da dinâmica familiar.

Resposta às questões

I. Parte

1.

A família, atualmente, é tendencialmente menos numerosa, sendo que os seus membros têm cada vez maior longevidade. Constitui-se ou não por um conjunto de pessoas com ligações biológicas, podendo ou não ser do mesmo sexo, que assumem a responsabilidade de cuidar de alguém seja em questões sociais ou de sobrevivência e bem-estar, não havendo obrigatoriedade de coabitarem todos juntos. Por vezes, muitas destas famílias podem ser de carácter monoparental não exigindo que haja um matrimónio. Portanto, uma família é um grupo de pessoas que pode assumir características várias não havendo assim uma definição concreta pois cada uma tem a sua estrutura e organização.

2.

A família contemporânea é caracterizada por uma menor natalidade, um menor número de casamentos, um elevado número de divórcios e ainda uma maior visibilidade de casamentos homossexuais. Denota-se também uma alteração do papel da mulher, onde esta deixa apenas de ser mãe e esposa e passa a ser um elemento bastante ativo na

sociedade e que participa nas suas decisões e na da sua família. É de salientar que, atualmente, muitas das vezes a família isola-se entre si e até do meio envolvente.

II. Parte

1.

Na família 1 encontra-se presente o sistema fraternal, existindo uma ligação entre duas irmãs na qual partilham um objeto comum, ajudar a sua mãe a sustentar a casa e a ter uma vida melhor, tentando sempre ter uma boa gestão dos conflitos que enfrentam na sua família. Está também presente um subsistema individual porque cada uma das filhas tem a sua opinião demonstrando assim a individualidade de cada uma.

Na família 2 temos o subsistema conjugal, parental e individual. O primeiro devido ao facto de existir uma relação conjugal entre duas pessoas, o segundo porque desta relação conjugal resultou descendência e o terceiro já que a mãe mostra preocupação em mudar o rumo da família mostrando aqui a sua individualidade perante as situações que a família toda enfrenta.

2.

A família é um sistema composto por diversos subsistemas, individual, conjugal, parental e fraternal. O caso 1 baseia-se numa família nuclear, sendo esta monoparental onde os limites são claros apesar de haver pouca socialização e troca de informação. Neste caso existe uma hierarquia familiar onde a Filipa, a filha mais nova de Ana, leva mais a sério os valores relativos à educação e responsabilidade do que propriamente a Mariana, a filha mais velha.

Mapa familiar: _____

No caso 2, temos uma família que se retrata numa família multidesafiada e disfuncional, devido à existência de mais que um sistema familiar e por existirem problemas entre os membros da família, tornando assim os limites difusos, uma vez que uma incoerência e falta de comunicação entre os elementos da mesma. Quanto à sua estrutura é emaranhada devido ao desconforto e desrespeito vivenciado nessa família. No que diz respeito à hierarquia familiar, cada pessoa do núcleo familiar é independente, portanto, cada um faz por si próprio, mas de maneira incorreta.

Mapa familiar:-----

TAREFA 2 – Comunicação na família

Data e Enquadramento

A aula do dia 9 de outubro foi-nos solicitada pela docente Cátia Magalhães a execução da tarefa 2, a qual tinha como propósito identificar o axioma e/ou distorções comunicacionais da Pragmática da Comunicação Humana presente nos exemplos, cedidos pela docente, e justificar a escolha do(s) mesmo(s). Além disso, deveríamos comentar uma afirmação sobre a comunicação

Resposta as questões

1.

- a) 1º axioma, torna-se impossível não comunicar, pois o nosso comportamento transmite sempre uma mensagem;
- b) 1º axioma, a distorção presente neste caso é a aceitação de forma passiva. O diálogo monossilábico baseia-se em “sim ou não”, acenar com a cabeça de forma positiva ou negativa, não existindo troca de palavras;
- c) O individuo demonstra desinteresse na conversa com o outro, olhando sempre para o telemóvel, fazendo com que haja uma rejeição;
- d) 3º axioma, ambos tem o seu ponto de vista sobre o comportamento que deve ter sobre o horário de chegar a casa;
- e) 4º axioma, os sujeitos comunicam de forma verbal e não verbal, fazendo assim com o que tenham uma conversa analogicamente e digital;
- f) desqualificação, os sujeitos invalidam as suas próprias comunicações e a do outro;
- g) os indivíduos negam falar um com o outro, existindo uma rejeição na iniciação da conversa;

h) Uma interação complementar, ligada à posição one up, o indivíduo tem um poder de controlo, poder de relação e autoridade perante o outro. Existindo uma escalada simétrica, ambos através das suas argumentações geram competitividade e rivalidade.

2.

O autor Watzlawick (1993) refere que “É impossível não comunicar”, ou seja, em todo e qualquer momento existe sempre comunicação, podendo ser verbal e não verbal. Sendo que todos nós nos relacionamos uns com os outros é necessária a comunicação em contexto de relação, interpretando assim o comportamento do outro durante a comunicação dependendo da reação. Portanto, qualquer comportamento envolve a transmissão de uma mensagem, tornando-se desta forma impossível não estar a comunicar, ainda que não se tenha mesmo a intenção de estar a comunicar com alguém.

3.

As quatro situações de stress que podem ser vivenciadas pela família consistem em: contacto stressante de um membro com forças extrafamiliares que pode ter como exemplo uma situação de desemprego de alguém na família; contacto stressante de toda a família com forças extrafamiliares como o caso de emigração de algum membro da família; stress em pontos de transição na família tal como a ida para a universidade dos filhos e por último stress em torno de problemas idiossincráticos como por exemplo casos de divórcio.

TAREFA 3- Ciclo Vital da Família

Data e Enquadramento

No dia 15 de outubro, foi nos solicitado pela docente Cátia Magalhães a realização da tarefa 3, em que consistia comentar duas afirmações, definir o ciclo vital e as repetitivas etapas e identificar qual o papel e funções dos avós no ciclo vital de uma família.

Resposta às questões.

1.

A afirmação “a conjugalidade não deve anular a individualidade” (Alarcão, 2000) transmite que, apesar de passar a existir um terceiro elemento, que é o casal, cada um continua a existir na sociedade como pessoa individual separada do outro, com a sua própria vida e com as suas próprias funções, isto de maneira a que exista assim uma verdadeira união entre os elementos do casal. Ou seja, num casal, nenhum elemento se deve anular a si próprio em função da relação nem em função do outro, devem saber existir separadamente e em conjunto, para que haja sempre um eu, tu e nós, fazendo assim com que um mais um seja igual a 3 já que cada um continua com as suas características individuais mas consequentemente formam as características do casal. Concluindo, continua sempre a existir um subsistema individual.

2.

O ciclo vital da família consiste numa sequência de mudanças na organização familiar, que podem ser previsíveis, sendo estas em função do cumprimento de tarefas bem definidas. Caracterizam-se por várias etapas, tais como: a primeira etapa que consiste na formação do casal; a segunda etapa na família com filhos pequenos; a terceira etapa na família com filhos na escola; a quarta na família com filhos adolescentes e por último a quinta etapa que consiste na família com filhos na idade adulta.

3.

As várias etapas do ciclo vital da família são: **formação do casal**, movimento centrípeto, permite ao casal articular a sua individualidade, conjugalidade e totalidade, implicando muitas vezes uma desigualdade deste subsistema relativamente a outros (família de origem e a família extensa que agrupa os amigos, colegas de trabalho e de lazer, etc). O casal surge quando duas pessoas se comprometem numa relação a longo prazo e começa a existir a ideia de ir viver juntos, de criar a sua própria família; **família com filhos pequenos**, passa de um movimento centrípeto para o centrífugo, esta etapa torna-se desafiante pois começam a ter funções executivas (controlo, supervisão). Torna-se importante referir que os avós têm um papel fundamental, os mesmos são um suporte

e um apoio para o casal, tornando mais flexível e aliviando a tensão conjugal e parental, mas muitas das vezes pode ocorrer usurpações de poder, devido aos avós assumirem as funções executivas/ delegação de funções; **família com filhos na escola**, movimento centrífugo, os filhos tendem a começar a ter uma expectativa de chegar à vida adulta, fazendo com que os pais sejam uma fonte de avaliação a nível das funções internas e externas. Os filhos nesta altura passam a ser os mensageiros (Família- Escola; Escola- Família); **família com filhos adolescentes**, existem movimentos centrífugos, um momento de abertura para o exterior, ou seja, os pais são a base (figuras de vinculação de reserva), amparando os seus progenitores na procura da sua identidade, individualidade e socialização com o outro, fazendo com que exista uma separação e haja uma autonomia por parte do adolescente. Nesta altura utiliza-se mais a negociação e o diálogo; **família com filhos adultos**, movimento centrífugo, esta etapa é caracterizada por múltiplas saídas e entradas dos vários grupos de família, proporcionando uma complexidade da trama comportamental e funcional. Está ligada ao “Ninho vazio”, Geração Sanduíche e Geração Acordeão. Os pais nestas situações têm uma tarefa desenvolvimental, devem facilitar a saída dos filhos de casa, renegociar a relação e o balanço profissional e pessoal e aprendizagem ao nível do envelhecimento, no sentido de saber lidar com este sucedido.

4.

Relativamente a esta frase, estas situações de parentificação tornam-se bastante frequentes no plano parental, em que o filho mais velho acaba por realizar as funções executivas auxiliando assim a mãe/pai. O filho mais velho por vezes passa a ser o cuidador e o protetor, de forma a facilitar os pais nas diversas situações do seio familiar, tendo um papel fundamental na vida do seu irmão/ irmã, tornando-se um exemplo a seguir e consequentemente o seu comportamento deve ser consciente e adequado para que o seu irmão mais novo assim o faça também.

5.

Os avós são uma figura de vinculação e têm um papel imprescindível na vida dos seus netos, criando uma relação benéfica para ambos. A sua convivência ajuda a criança a ter uma visão mais alargada da família, transmitindo-lhes outro tipo de valores, de forma

a que entendam que é possível existir opiniões distintas sobre o meio que os rodeia, aprendendo assim os netos com os avós e vice-versa. São considerados também um elo de ligação entre toda a família, fortalecendo as raízes, tendo impacto nos adultos que eles se tornarão. Estes também se tornam um suporte para os descendentes, fazendo com que se sintam mais aliviados e seguros relativamente aos seus filhos, pois enquanto se encontram no horário de trabalho sabem que os seus filhos se encontram bem, já que estão com a família que os criou e por isso estão bem entregues. Mas torna-se relevante referir que os papéis devem ser definidos, para que não exista usurpação de poder.

TAREFA 4- Intervenção na família

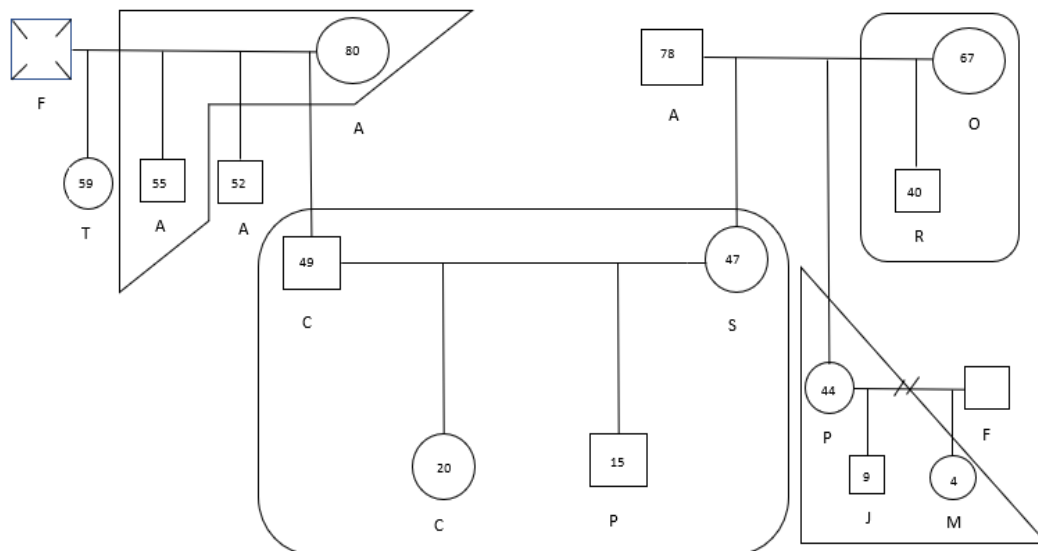
Data e Enquadramento

A docente Sara Felizardo solicitou-nos que realizássemos a tarefa 4, a qual estava dividida em duas partes, sendo que para a realização desta tarefa foram necessários vários dias: 30 de Outubro, 6 de novembro e o dia 12 de novembro. A primeira parte era de conteúdo

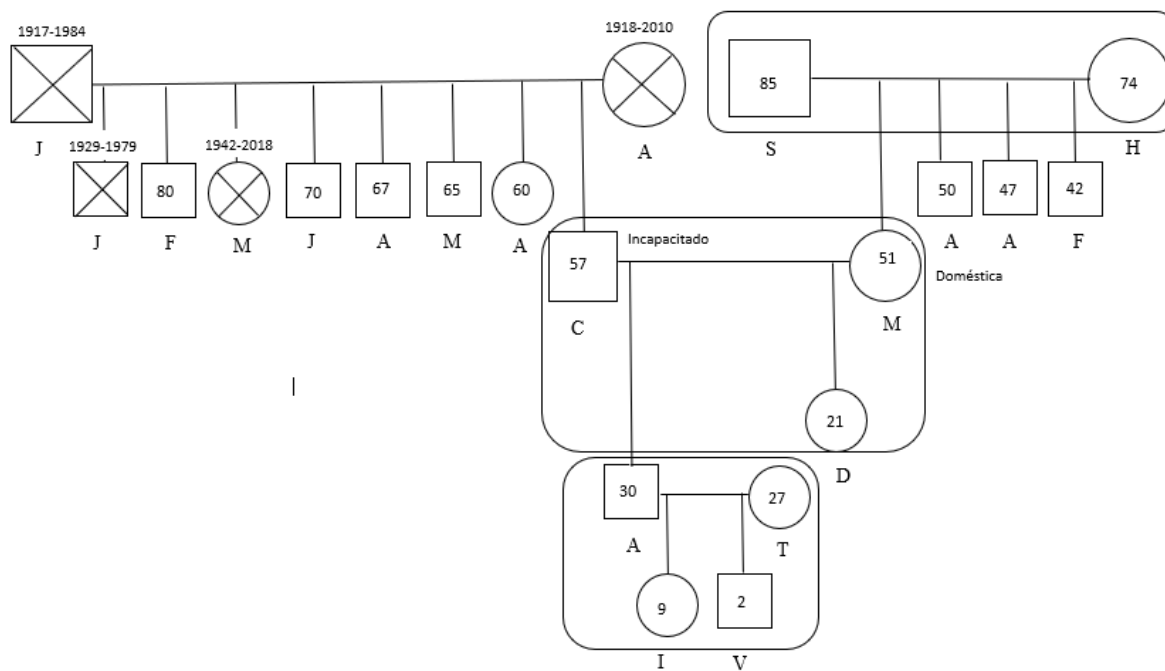
individual, na qual cada elemento do grupo tinha que conceber o seu próprio genograma. Já a segunda parte era de conteúdo grupal, na qual tinham que se realizar duas subtarefas, a primeira consistia na análise de dois genogramas facultados pela docente e a segunda na criação de um guião de entrevista familiar e de um consentimento informado.

4.1. Genogramas individuais do grupo

Genograma Carolina Lacerda

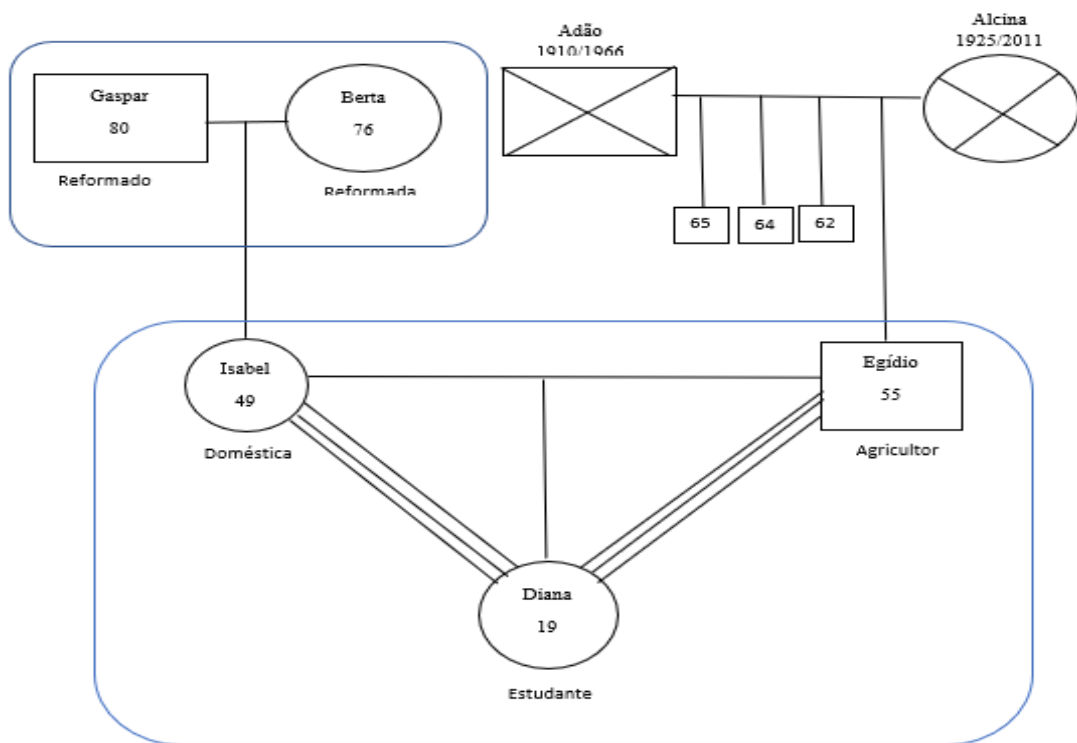


Genograma Daniela Lourenço



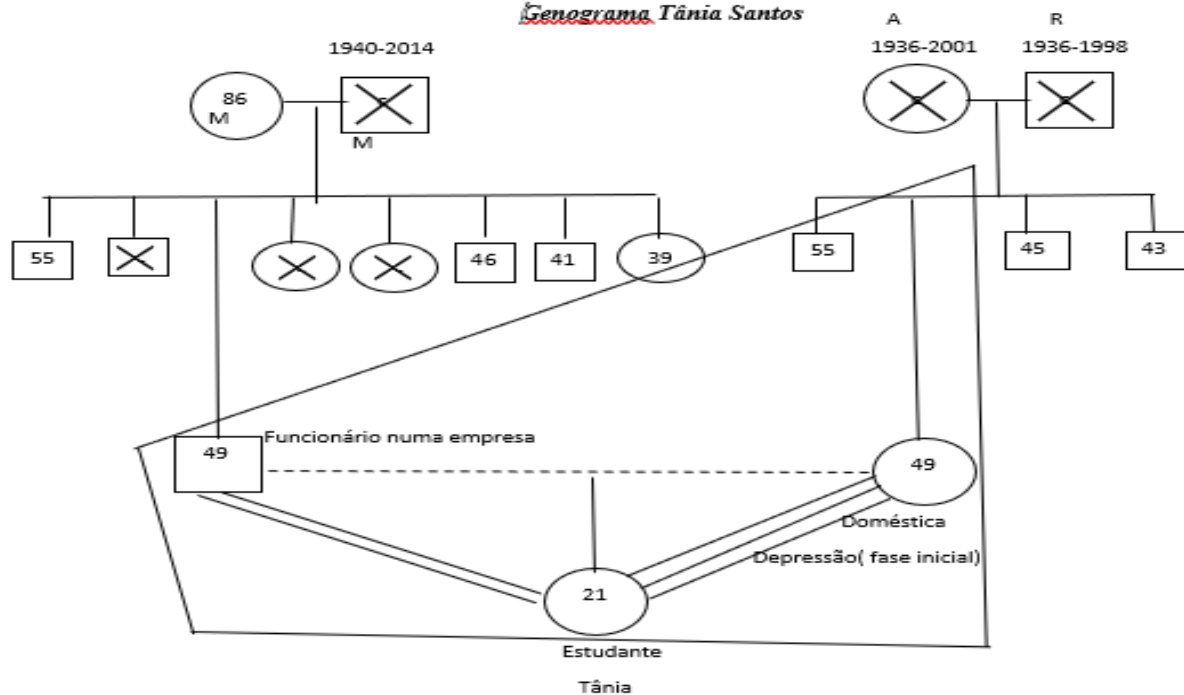
Genograma Diana Neves

Genograma da Família



Genograma Tânia Santos

Genograma Tânia Santos



4.2. Elaboração do Guião de Entrevista para o caso Prático – parte grupav

Guião de Entrevista

População alvo: **Família (divorciada)**

Entrevistado: Senhora “A”

Entrevistadoras: Carolina Lacerda; Daniela Lourenço; Diana Neves; Tânia Santos

Data: 05/01/2020

Local: Viseu

Temáticas	Duração	Objetivos específicos	Tópicos orientadores	Questões	Observações (anotações)
Apresentação	3 minutos	Criar uma relação empática com o entrevistado, de forma que se sinta à vontade para responder às questões propostas; Apresentar o trabalho e garantir o anonimato.	-Apresentação; -Informar e reforçar a confidencialidade desta. -Propor ao entrevistado a gravação da entrevista e relembrar a duração da entrevista;	-Esta entrevista é anónima e será usada apenas para fins académicos -Podemos fazer a gravação áudio da entrevista? -Esta entrevista terá a duração, mais ou menos, de quarenta minutos.	Consentimento informado.
Dados sociodemográficos	35/40 minutos	Recolher dados da caracterização pessoal e familiar do entrevistado.	- Conhecer os dados sociodemográficos do entrevistado	-Qual é o seu nome completo? -Que idade têm? -Onde mora? -Qual o seu nível de escolaridade? - Qual a profissão?	

<p>História e acontecimentos da família</p>			<p>- Conhecer os dados do porquê do divórcio</p>	<p>-Atualmente, quantos são os membros do agregado familiar?</p> <p>-Como foi o início da formação do casal?</p> <p>-Com que idade se casou?</p> <p>-Quanto tempo esteve casado?</p> <p>-Qual o motivo que levou ao divórcio?</p> <p>-O divórcio foi litigioso?</p> <p>-Quanto tempo demorou o processo do divórcio?</p> <p>-Teve apoio de outras pessoas na fase de divórcio?</p> <p>-Tem a certeza de que as suas preocupações e queixas sobre o seu relacionamento antigo foram devidamente comunicadas?</p> <p>-Apesar do sucedido, sentiu-se preparado para as dificuldades financeiras que o divórcio acarreta?</p>	
---------------------------------------------	--	--	--------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p>- Rede social e de apoio.</p>			<p>- Identificar as dificuldades ocorridas após o divórcio</p>	<p>-Quais os problemas ou dificuldades que a família enfrentou? Como foram resolvidos?</p> <p>-Desse casamento existiu filhos? Se sim, quantos?</p> <p>-Alguma vez se sentiu numa situação de monoparentalidade?</p> <p>-Quem é o encarregado de educação dos filhos?</p> <p>-Sente dificuldades na educação dos seus filhos?</p> <p>-Mantém uma boa relação com os seus filhos?</p> <p>-Os seus filhos lidam bem com esta situação? se não, qual o método utilizado?</p> <p>-Mantém uma boa relação com o seu ex marido?</p> <p>-Essa relação é estritamente por causa dos filhos?</p>	
----------------------------------	--	--	----------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

<p>-Perspetivas em relação ao futuro</p> <p>- Outras informações</p>			<p>- Relação com o ex companheiro e com os filhos</p> <p>-Identificar a rede social e de apoio</p> <p>- Quais as perspetivas que tem em relação ao futuro</p> <p>- Recolher outras informações</p>	<p>-Como é que o agregado familiar se organiza no dia a dia?</p> <p>-Constitui família outra vez após o divórcio?</p> <p>-O que deseja para a sua família no futuro?</p> <p>-Quais são as perspetivas para o futuro dos filhos?</p> <p>-Quer acrescentar alguma informação?</p>	
Encerramento	2 minutos	Conclusão da entrevista.	-Concluída a entrevista, agradecer a colaboração e disponibilidade da pessoa entrevistada;		

			-Relembrar as questões de confidencialidade e anonimato.		
--	--	--	----------------------------------------------------------	--	--

Consentimento Informado- parte grupal

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM RECOLHA DE DADOS

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorrecto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Título do estudo: Família divorciada

Enquadramento: O trabalho será realizado no âmbito da unidade curricular de Famílias e Redes Sociais de Apoio, do curso de Educação Social da Escola Superior de Educação, sob a orientação da docente Sara Felizardo e Cátia Magalhães.

Explicação do estudo: A entrevista destina-se à recolha de informação relativamente às relações familiares do entrevistado, as mesmas serão aplicadas a um membro da família. Estas serão de breve duração. O local para a entrevista ficará ao seu critério.

Condições: A participação nesta entrevista é de carácter voluntário, assegurando-se a ausência de prejuízos, caso não queira participar.

Confidencialidade e anonimato: A confidencialidade e o anonimato serão garantidos, visto que os dados recolhidos, através da gravação áudio, serão para uso restrito do presente trabalho e a sua identificação será sempre confidencial.

Desde já agradecemos a sua colaboração e disponibilidade!

Carolina Lacerda, endereço eletrónico: esev13149@esev.ipv.pt

Daniela Lourenço, endereço eletrónico: esev13183@esev.ipv.pt

Diana Neves, endereço eletrónico: esev13147@esev.ipv.pt

Tânia Santos, endereço eletrónico: esev13156@esev.ipv.pt

Estudantes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu

Assinatura/s:

.....

.....

.....

-O-O-O-O-O-O-O-O-O-O-O-O-O-O-O-O-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para este fim e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Nome:

Assinatura:

... Data: / /

**ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 1 PÁGINA E FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA A INVESTIGADORA, OUTRA PARA A PESSOA QUE CONSENTE**

4.3. Análise dos dois genogramas – Família “Green” e Família “Brown”- parte grupal

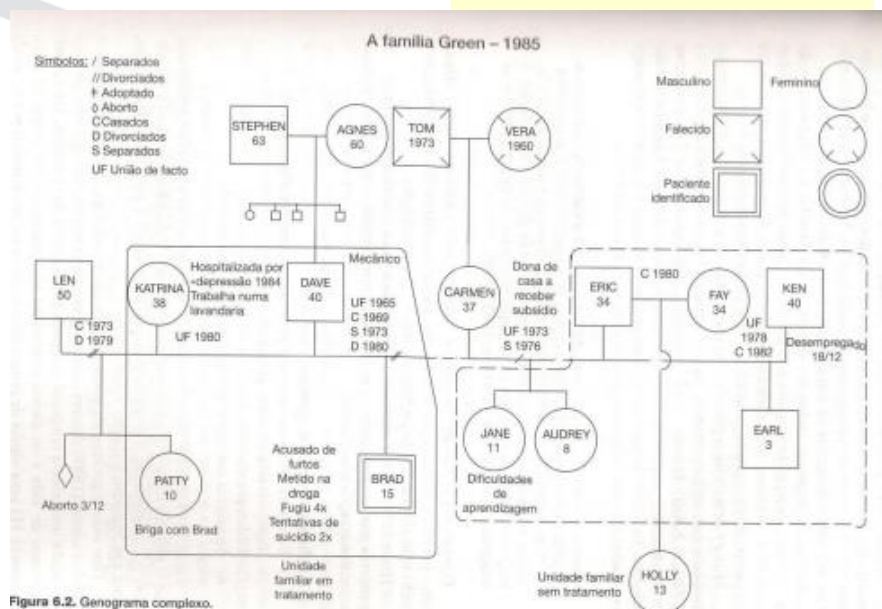


Figura 6.2. Genograma complexo.

a)

Família Green é constituída por três gerações. Na primeira geração temos o Stephen, o mesmo casou-se com a Agnes e tiveram cinco filhos, sendo que quatro deles são rapazes e uma rapariga, sendo a rapariga mais velha. O quarto filho Dave em 1965, juntou-se em união de facto com a Carmen, seguidamente casou-se em 1969, em 1973

separaram-se e em 1980 acabaram por se divorciar. No entanto, deste relacionamento resultou um filho Brad de quinze anos, um paciente identificado acusado de furtos, inserido na droga, fugiu quatro vezes, tentou suicidar-se duas vezes.

Posteriormente, Dave juntou-se em união de facto com a Katrina em 1980, sendo que esta já tinha sido casada com Len em 1973 e divorciou-se em 1979. Neste relacionamento existiu um aborto aos três meses e após o sucedido, o nascimento da filha Patty com dez anos de idade. Atualmente, o Dave, a Katrina e o Brad concebem um agregado familiar que se encontram numa unidade familiar em tratamento devido aos problemas do filho Brad, das brigas existente entre a Patty e o Brad e da depressão da Katrina.

O Tom e a Vera casaram-se e tiveram uma filha Carmen com agora trinta e sete anos, sendo que o Tom morreu em 1973 e a Vera em 1960. Como foi referido anteriormente a Carmen já foi casada com o Dave e divorciou-se. Seguidamente, Carmen teve uma união de facto em 1973 com Eric, que acabou em separação em 1976. Desta relação resultaram dois filhos, a Jane de onze anos que tem dificuldades de aprendizagem e a Audrey de oito anos. Em 1978, Carmen juntou-se em união de facto com o Ken acabando por casar-se com este em 1982, de onde resultou o filho Earl, de três anos. O Ken tem quarenta anos, encontra-se desempregado e a sua companheira, dona de casa que recebe subsídio, formando por sua vez um agregado familiar.

Por último, O Eric de trinta e quatro anos casou-se com a Fay de trinta e quatro em 1978 e daqui resultou uma filha de treze anos, Holly, que se encontra numa unidade familiar sem tratamento.

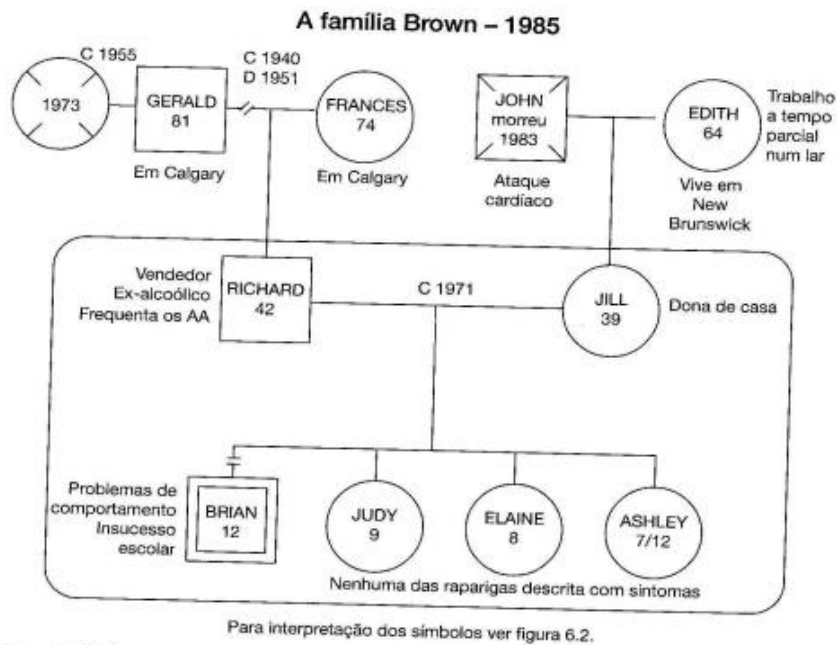


Figura 6.1. Um genograma simples.

b)

Família Brown é constituída por três gerações. O Gerald de oitenta e um anos casou-se em 1940 com a Frances de setenta e quatro anos, mas divorciaram-se em 1951, deste casamento resultou um filho Richard de quarenta e dois anos. Em 1955 o Gerald voltou a casar-se, no entanto a sua mulher faleceu em 1973. O Hohn e a Edith casaram-se e tiveram uma filha a Jill de trinta e nove anos, o John morreu em 1983 de ataque cardíaco. Atualmente, a Edith vive em New Brunswick e trabalha a tempo parcial num lar.

Os filhos destes dois casais, casaram-se em 1971, deste casamento resultaram quatro filhos, o Brian de doze anos que é um paciente identificado com problemas de comportamento e insucesso escolar, a Judy de nove anos, a Elaine de oito anos e a Ashley que tem sete meses. O Richard é vendedor, um ex-alcoólico anónimo e frequenta os AA(Alcoólicos Anónimos) e a Jill é dona de casa. Este casal mais os seus quatro filhos formam um agregado familiar.

Escalas de Avaliação

Na sequência da leitura do genograma da família Brown, face à escala Inventário das Necessidades da Família (INF), em termos quantitativos, atendendo às subescalas,

na primeira subescala referente à informação obteve doze; a segunda, apoio familiar social também foram obtido doze pontos; na terceira, no apoio económico, foram três pontos; na quarta, explicar a outros, obtidos seis pontos; na quinta, serviços da comunidade, foram dois pontos; na última subescala, outras ajudas profissionais, obterem-se cinco pontos. No total deu o resultado de quarenta pontos.

Em termos qualitativos deparamo-nos com um maior número de pontuação nas subescalas de informação e de apoio familiar e social, o que se prevê que é nestas áreas que a família necessita de auxílio. Mais especificamente, na subescala da informação, a família carece de informação sobre o crescimento, desenvolvimento, ensinamento, comportamento dos filhos, problemas ou deficiências e sobre serviços que se possa beneficiar. Na subescala de apoio familiar e social, a família precisa de apoio na abordagem que possa ocorrer com os outros, nível de gerência de tempo, discussão e resolução de problemas e de apoio dentro da própria família.

Esta família encontra-se a nível médio de necessidade, segundo os parâmetros da avaliação da escala INF.

Face à Escala de Apoio Social, a nível qualitativo pode ser dividido em duas partes, ajudas informais, procura-os em situações como desabafar, tomar conta dos filhos, encorajar e dar força, empréstimo de dinheiro quando necessário, para distração e para pedir conselhos e nas ajudas formais, os técnicos são procurados para desabafar, para encorajar em tempos difíceis, para aconselhar e solicitar informação para serviços de apoio. A nível quantitativo em termos formais obteve-se seis e em termos informais obterem-se dezasseis pontos, sendo que a família recorre mais aos pais e aos amigos para ajudar nas diversas situações que possam ocorrer.

TAREFA 6- Famílias Multidesafiadas

Data e Enquadramento

A pedido no dia 19 de novembro pela docente Sara Felizardo a realização da tarefa 6 com a temática de famílias multiproblemáticas ou multidesafiadas. A tarefa consistia em caracterizar famílias multidesafiadas, descrevendo o tipo de problemas, estrutura e funcionamento (organização e relações nos subsistemas e com o exterior;

limites; hierarquia sistémica; comunicação), designações utilizadas e a intervenção neste tipo de famílias

Resposta as questões

1.

As famílias multiproblemáticas designam-se como disfuncionais e associam-se à pobreza e a baixos níveis socioeconómicos, contudo, estas famílias pobres compõem apenas o grupo mais visível deste conjunto de agregados (Cunningham & Henggeler, 1999), que pode ser visto em todos os contextos sociais, culturais e económicos. As famílias pobres são as que se centram no conceito de famílias multiproblemáticas, sendo fundamental clarificar o conceito de pobreza e exclusão (Sousa, 2005 cit. Por Silva, 2013).

A pobreza, quanto à sua estrutura social, não admite que todos os elementos participem nas condições de vida disponíveis do meio e tem como consequência uma debilidade na inserção social que se manifesta em variados domínios (Sousa, 2005 cit. por Silva, 2013).

A exclusão social reflete-se em numerosas áreas do quotidiano, incluindo a personalidade, as redes de pertença social, as tarefas realizadas, o acesso à informação e ao rendimento e poder de compra (Sousa, 2005 cit. por Silva, 2013).

Os estudos destas famílias, em variadas situações, dão a entender que há muitos casos de imigração, de institucionalizações continuadas ou de pertença a outras famílias multiproblemáticas. Estas famílias caracterizam-se pelo facto de não terem objetivos definidos, pela fraca instabilidade na estrutura e nas relações familiares, tendo também uma forte inclinação para a confusão e desorganização.

As famílias multidesafiadas têm sido operacionalizadas (Cancrini, Gregorio & Nocerino, 1997) com a presença simultânea de dois ou mais membros da família com comportamentos problemáticos severos e estáveis no tempo e graves para exigir uma intervenção externa; insuficiência grave, sobretudo dos pais, nas atividades funcionais e relacionais e no desenvolvimento familiar; debilidade dos limites, em que os técnicos e outras figuras externas têm uma presença frequente; estruturação de uma relação de dependência crónica face a serviços sociais e desenvolvimento de algumas modalidades

pouco usuais de comportamentos sintomáticos nos sujeitos (por exemplo, toxicodependências, alcoolismo). Por sua vez, estas famílias evidenciam múltiplos desafios e necessidades de mudança, para a resolução dos problemas vivenciadas no seio familiar.

Nestas famílias não existe uma hierarquia sistémica, sendo estes limites difusos, devido ao poder ser executado pontualmente por todos os elementos da família. Existe alguma complexidade em entender a função dos membros da família, sendo que a nível da comunicação esta é disfuncional e não é clara, poucas são as normas existentes, pois as interações são escassas, o que leva a uma desorganização total, não havendo assim uma distinção quanto ao poder autoritário.

Por limites entendemos as fronteiras ou barreiras que permitem a diferenciação entre os sub-sistemas familiares (Alarcão, 2006) e nas famílias multidesafiadas quer entre os vários subsistemas quer nas relações com o exterior caracterizam-se pelo desmembramento, ou seja, as fronteiras são pouco definidas ou excessivamente permeáveis, os membros são distantes e a hierarquia é caótica (Sousa, 2005 cit. por Silva, 2013).

Este modelo de relações entre os diferentes membros da família é designado por Minuchin (1979, p.4) por estrutura e define-a como “a rede invisível de necessidades funcionais que organiza o modo como os membros da família interagem”. Nas famílias multidesafiadas encontram-se algumas estruturas típicas caracterizadas por repetidas rupturas e reconstituições, salientam-se múltiplos acontecimentos relativos a relações amorosas que acabam por ser instáveis e geralmente estas famílias distinguem-se por um afastamento da figura paternal masculina. Assim sendo, existem quatro tipos de estruturas típicas de famílias multidesafiadas: o pai periférico, que é ausente e por isso tem um menor envolvimento no que toca a questões económicas e familiares, tais como no envolvimento emocional, na comunicação e na relação (Minuchin et al., 1991 cit. por Alarcão, 2006), neste caso a mãe descreve o como ausente e sem ajudar nas responsabilidades e funções, visto que é ela que tem de fazer tudo sozinha sem a ajuda dele, ela vitimiza-se no entanto nunca segue com nenhuma denúncia para a frente e acaba por defender o marido; o casal instável é geralmente um casal jovem, com um casamento de curta duração, que não teve tempo e oportunidade de se tornar financeira e emocionalmente autónomo e que por isso são um encargo para os seus pais, normalmente há uma relação conflituosa entre os cônjuges, uma vez que existe falta de comunicação

entre eles; a mulher só tem filhos de relações que não resultaram e toma conta dos filhos sozinha, vivendo assim uma situação de monoparentalidade, que pode portanto ser uma família multidesafiada sendo que os seus filhos podem também vir a ter as suas dificuldades; a família petrificada consiste numa família onde houve um acontecimento dramático que não se previa acontecer, levando a que haja alterações repentinas na maneira de funcionar da família que se pode tornar num ciclo do qual depois não conseguem sair (Alarcão, 2006).

Uma das constantes nestas famílias é a escassez ao nível do rendimento que, muitas vezes, as colocam na dependência de outras fontes de apoio formal ou informal. Esta escassez de rendimentos é agravada pelas despesas ao nível da saúde que constitui outros dos domínios mais preocupantes, dadas as elevadas percentagens de famílias com elementos portadores de deficiência ou incapacidade.

A vida das famílias multidesafiadas, são sempre interpretadas através da lente do défice, mas, quando se encaixam numa perspetiva mais positiva, possibilitam descobrir competências (Madsen, 1999 cit. por Silva, 2013). Estas são famílias multi- stressadas, pois vivem circunstâncias de stress normativo e não normativo frequentes e até paralelos. A necessidade de responderem a sucessivas crises, procurando novas soluções para recentes circunstâncias, dá-lhes a aparência de caóticas e instáveis, mas revela, ao mesmo tempo, a preocupação em procurar soluções, demonstrando capacidade de resolver problemas. Ao mesmo tempo, confirma-se que estas famílias defrontam crises contínuas e vão conseguindo seguir em frente, com mais ou menos facilidade e sucesso.

As denominações mais recentes para famílias multidesafiadas, contem ideias de continuidade (permanente, crise, multiproblemáticas, cronicamente disfuncionais e multistressadas) da situação deficitária da família. As famílias multiproblemáticas pobres têm sido como aquelas onde não existe um problema ou um sintoma preciso, mas que apresentam múltiplos problemas graves (negligência, alcoolismo, delinquência, maus-tratos, insucesso escolar, etc.) que acabam por afetar os diversos membros da família.

As famílias multiproblemáticas pobres e as pobres não multiproblemáticas diferenciam-se ao nível das competências, designadamente, as multiproblemáticas pobres tendem a usar menos como recurso a obtenção de subsídios e apontam como objetivo mais compressor a melhoria das condições de habitação.

Deste modo, podemos considerar que as famílias multidesafiadas caracterizam-se por dificuldades em diferentes aspetos da sua vida e que se encontram presas em padrões repetitivos de resolução de problemas (Silva, 2013).

2.

Distintas designações para além de famílias multidesafiadas, aplicadas na literatura são:

“Famílias Isoladas”, segundo Minuchin e Col (1967) não possuem qualquer tipo de apoio extra-familiar, especificamente nas fases mais críticas do seu percurso familiar. Este isolamento físico e emocional é independente do estrato social;

“Famílias Excluídas”, segundo Thiemy (1976), separação entre estas famílias em relação ao contexto parental, institucional e social, podendo ocorrer por sua vez nas classes sociais médio-altas;

“Famílias Associais”, segundo Volland (1962), centra nos problemas de comportamento anti-social;

“Famílias Desorganizadas”, segundo Powel e Monaham (1969), existe perturbações comunicacionais evidenciando e reforçando a desordem relacional e a desorganização estrutural; limitação das informações entre os membros da família e experiência cognitiva e emocional indiscriminada entre cada membro;

“Famílias Suborganizadas”, segundo Aponte (1976,1981) clarifica características disfuncionais no plano estrutural, devido a lacunas ou carências no desempenho dos papéis do sistema familiar;

“Famílias Multiparentais”, segundo Fulmer (1989), nestas famílias a função parental degrada-se por se dispersar por várias figuras internas e externas;

“Famílias em permanente crise” segundo Kagan e Schlosberg (1989), estas encontram-se em constante crise, sem períodos de estabilidade;

“Famílias Multicrise”, segundo Minuchin (1995), estas vivem em crises sucessivas;

“Famílias Diluídas”, segundo Colapinto (1995), famílias que recebem poucos recursos, em resultado da transferência de funções familiares para os serviços sociais;

“Famílias Multiassistidas”, segundo Linares (1997), Minuchin Colapinto e Minuchin, (1998), Imber-Black, (1988), estas recebem diversos serviços e profissionais, habitualmente pouco coordenados e fragmentados;

“Famílias Multiproblemáticas”, segundo Cancrini, Gregorio e Nocerino (1997); Alarcão (2000), famílias caracterizadas por: presença, em simultâneo, de comportamentos problemáticos graves e estáveis no tempo, em vários membros; insuficiência grave nas atividades funcionais e relacionais da família; fragilidade dos limites; relação crónica da dependência com os serviços;

“Famílias Cronicamente disfuncionais”, segundo Minuchin, Colapinto e Minuchin, (1998), a disfuncionalidade é transgeracional, reproduz-se e perpetua-se no espaço e tempo de vida familiares;

“Famílias Multistressadas”, segundo Madsen (1999), famílias que vivem em constante e sucessivas situações de stress;

“Famílias Multidesafios”, segundo Summer, McMann e Fuger (1997), enfrentam variados desafios e variadas necessidades de mudança.

Atualmente, a designação mais comum pelos profissionais é “Famílias Multidesafios”, utilizam a mesma para referir as famílias como multiproblemáticas pobres, pelo facto de estas terem diversas necessidades a diferentes níveis de vida.

3.

A estrutura da intervenção nas famílias multiproblemáticas, de um ponto de vista teórico, pela escassez de estudos centrados nas competências destas famílias, e de um ponto de vista prático, porque os modelos de intervenção centrados nas competências se têm mostrado mais eficazes.

Elizur (1996) indica que a ligação das famílias multiproblemáticas no processo de intervenção obriga a mobilização dos recursos familiares e a capacitação da família, o que é obtido pela partilha do poder e da responsabilidade; Cunningham e Henggeler

(1999) apresentam que o envolvimento das famílias e a eficácia da intervenção se relacionam com a identificação e reconhecimento das competências da família;

As famílias multidesafiadas caracterizam-se como disfuncionais e caóticas, por isso foram desenvolvidas abordagens focadas nos problemas, contudo, tem sido revelado que a ativação das forças familiares constitui uma importante ferramenta para a intervenção, o que salienta a importância de promover uma abordagem focada nas forças (Sousa, Ribeiro & Rodrigues, 2006 cit. por Silva, 2013).

Na abordagem tradicional, os profissionais reforçam a noção de famílias incapazes, não percebendo os recursos e meios que as mesmas utilizam para resolver os problemas. Por isso, tendem a assumir uma atitude substitutiva, oprimindo as suas tarefas ou funções familiares (Sousa et. al., 2007).

Na abordagem pós-positivista, a valorização da competência é usada como estratégia de capacitação das famílias, ou seja, o profissional aceita que a família é a mais apta para definir e compreender as suas próprias necessidades, atualizar os seus recursos e gerar desenvolvimento (Sousa, 2005 cit. por Silva, 2013).

Todas as famílias têm capacidade de crescer, aprender e mudar e refere a importância de um modelo que não ignore as dificuldades, mas que dê ênfase a expandir competências. Ao analisar os problemas dando foco à competência, a família recorda-se que é capaz de lidar com as dificuldades e, ao notar esta capacidade, desenvolve o seu sentido de competência que lhes permite mais facilmente encontrar solução para os problemas. (Madsen, 2009 cit. por Silva, 2013).

A abordagem evidenciada nas aptidões tem vindo a constituir-se um sólido instrumento de intervenção (Sousa & Ribeiro, 2005 cit. por Silva, 2013).

Nocerino (1997), propõem a existência de seis critérios:

- 1) Presença simultânea de dois ou mais elementos do sistema familiar com comportamentos problemáticos estruturados, estáveis no tempo e suficientemente graves para exigir uma intervenção externa;
- 2) Grave insuficiência na assunção, por parte dos pais, das atividades funcionais e afetivas necessárias à vida familiar;
- 3) Reforço recíproco entre o primeiro e o segundo aspetos;

- 4) Labilidade das fronteiras, própria de um sistema caracterizado pela presença de outras figuras externas;
- 5) Estruturação de uma relação de dependência crónica da família face aos serviços externos e vice-versa, criando as condições para o desenvolvimento de um equilíbrio inter-sistémico;
- 6) Desenvolvimento de comportamentos sintomáticos característicos;

Em termos das estratégias para intervir com a família, as mesmas estão associadas ao uso de políticas sociais tais como o incremento na situação habitacional, arranjar um emprego e melhoria do estado de saúde. Estes são os aspetos essenciais na vida de uma família, cujo entendimento limita a disponibilidade para investir noutras áreas da vida. Porém, as estratégias raramente fazem apelo as competências das famílias, ignorando assim, o potencial da rede informal de apoio. Efetivamente, toda a intervenção adequa-se na expertise profissional, nas instituições e nas políticas sociais, sendo as famílias apenas recipientes passivos dessas ações (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

Tarefa 7- Des(equilíbrios) familiares: famílias deficiência/incapacidade/análise e intervenção

Data e Enquadramento

No dia 3 de dezembro foi nos solicitado pela docente Sara Felizardo a realização da tarefa 7. Esta tarefa consistiu numa síntese de uma entrevista realizada em contexto de aula a uma mãe de uma aluna com incapacidade, elaboração do genograma da família e análise da rotina da família.

Resposta às questões

A.1.

Ao longo desta entrevista conseguimos recolher como principais informações o seguinte: a senhora “P” viveu 24 anos na Austrália, sendo que nesses 24 anos passou um ano e meio em Portugal devido ao seu pai se encontrar doente, acabando este por falecer pouco tempo depois por doença crónica. Durante esse tempo, conheceu o seu marido, casaram, tiveram a sua primeira filha e ainda viveram na Austrália até a filha completar 4 anos de idade. Entretanto, vieram para Portugal onde tiveram a sua segunda filha e onde ficaram definitivamente, começando a construir as suas vidas.

Num dia normal, de passeio em família, em que decidiram ir visitar a feira de S. Mateus, sofreram um acidente de viação. Nisto, o carro capotou duas vezes fazendo com que saíssem com sequelas graves e que ficaram para o resto da vida, a mãe sofreu uma fratura na coluna, a filha mais velha, com 4 anos nesta altura, ficou com stress pós traumático tendo como consequência um atraso no desenvolvimento, a filha mais nova, com apenas 18 dias de vida, teve 6 meses em coma, foi operada mais ou menos 8 ou 9 vezes ficando assim com paralisia cerebral e tendo que andar de cadeira de rodas até aos seus 8 anos, já o marido ainda hoje sofre com a culpa do que se passou neste acidente, dando indícios de uma depressão.

Quando tudo parecia estar a estabilizar, sofreram um incêndio, saíndo só com a roupa que tinham no corpo. Deste modo, esta família veio viver para Viseu, os únicos apoios que tinham era a mãe e a irmã da parte da progenitora, implicando mais uma mudança e adaptação familiar aos acontecimentos.

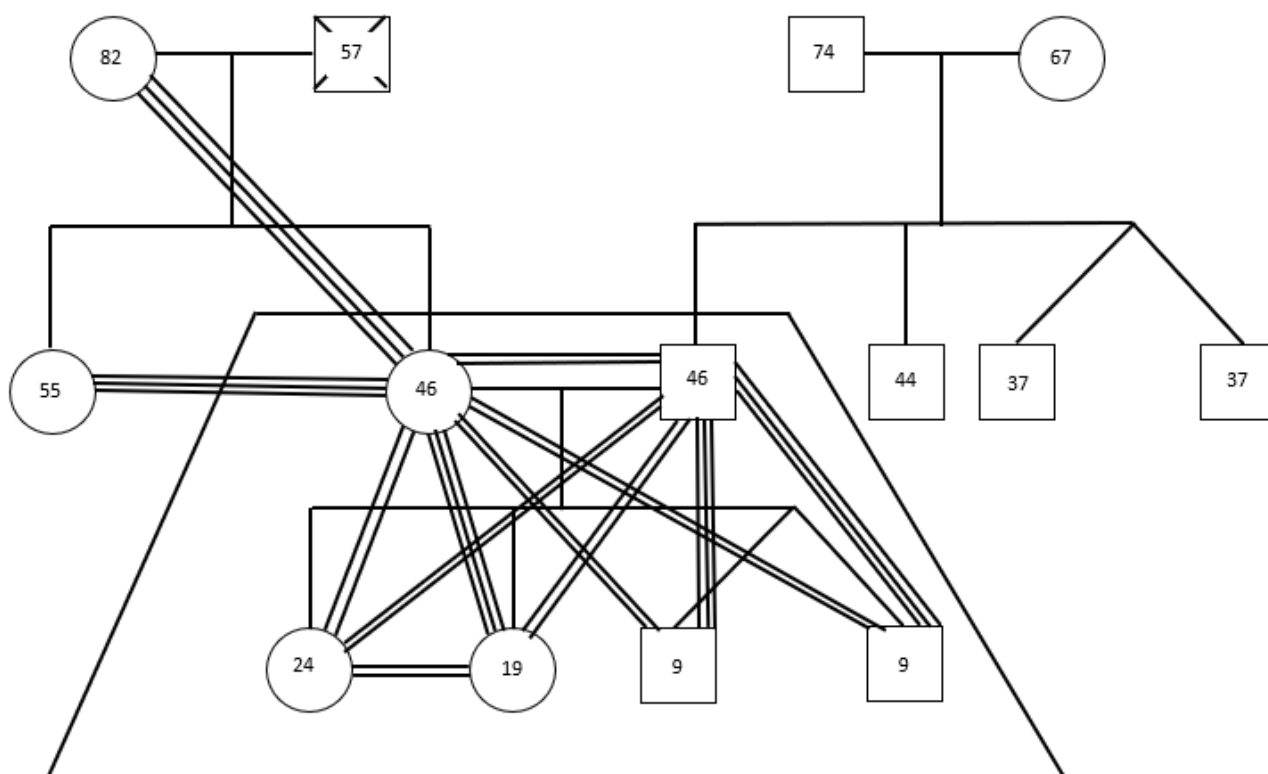
No meio disto tudo, a senhora “P” foi sempre o pilar desta família, uma vez que esta é que andava sempre com as filhas em consultas, terapias e tudo o que fosse necessário para um bom desenvolvimento, tendo por isso que realizar várias viagens a Coimbra implicando que andasse sempre dividida entre Viseu e Coimbra.

Em 2010, a senhora “P” descobriu que estava grávida de trigêmeos no momento em que ia fazer uma laqueação das trompas. Com três semanas de gravidez perdeu um dos bebés, o que a fez ficar assustada e com medo que algo fosse acontecer aos outros dois, no entanto, tudo correu bem e nasceram dois bebés saudáveis que são considerados pela família a alegria da casa.

Com todas estas adversidades e problemas, os apoios foram uma parte bastante importante em todo o processo de os ultrapassar, a sua irmã foi sempre o seu maior apoio, tanto a nível monetário como a nível de pesquisa de informação, tendo ainda também o apoio de duas instituições, a ASOL e a Apstv21 e o apoio social que consiste num subsídio de 75 euros mensais.

No que toca à rotina, a senhora “P” acorda por volta das 6 horas da manhã todos os dias, sendo esta a primeira de todos a acordar, aproveita para ter o seu tempo sozinha e toma o pequeno almoço. Em seguida prepara o pequeno almoço de toda a família e vai acordar os gémeos, depois a filha mais velha e a mais nova e por último o marido, que acorda sempre só com o tempo necessário para comer e sair. Seguidamente, a senhora “P” leva cada a um deles aos seus compromissos diários, volta para casa, arruma a casa e faz o almoço, depois disto passa o seu tempo com a filha mais nova e durante a tarde faz uma visita à sua mãe, que se encontra num lar. Depois vai buscar os seus filhos e o marido, faz o jantar, arruma tudo e chega a hora de ir descansar.

A.2. Genograma da família “H”



A.3.

Esta entrevista foi muito interessante para nós, pois permitiu-nos conhecer a história desta família, compreendendo assim o impacto que pessoas com incapacidade têm numa família, percebendo assim o funcionamento da família.

Através desta entrevista, foi possível constatar que o pai da pessoa H revela perturbações a nível emocional, referente ao acidente que mudou a vida da sua família, sentindo-se assim culpado por tudo o que aconteceu, sendo que este ia a conduzir o carro. Deste maneira é fundamental intervir, orientando assim este indivíduo para um técnico especializado, conseguindo assim este falar abertamente acerca do que aconteceu, reduzindo assim a sua frustração e o sentimento de culpa.

Por último, o à vontade da senhora “P” foi notório, percebendo assim o à vontade com que esta senhora aborda todos os obstáculos e dificuldades que teve que enfrentar, conseguindo sempre dar a volta por cima, para isto acontecer pesquisou bastante informou-se com as pessoas certas, tentou informar-se noutros países que estavam mais avançados a nível de incapacidade, também com associações, de forma a que as filhas fossem autónomas e independentes e vistas também como tal.

Com isto percebemos que a senhora “P”, é uma mãe lutadora estando sempre ao lado das suas filhas para tudo o que estas precisem, conseguindo assim alcançarem os seus objetivos.

B.1.

O Sr. Heitor tem 58 anos, atualmente vive apenas com sua mãe, que tem 79 anos, tem mais quatro irmãs, sendo todas elas de pais diferentes e mais novas.

O Sr. Heitor começou a trabalhar com os seus 14 anos e com 27 anos namorou com uma rapariga doze anos mais nova que ele, durante quatro meses e casaram-se. Em 1980 nasceu o seu primeiro filho, em 1983 a sua segunda filha, em 1989 a sua terceira filha e em 1994 o seu quarto e último filho. É de salientar que a sua mulher disse que os dois últimos não eram filhos dele.

O casal divorciou-se, pois este descobriu que sua mulher o traía. Esta família é considerada multidesafiada, visto que a família de origem nunca foi estável e a do sr.

Heitor também não. Encontra-se na 5ª etapa do ciclo vital, a ‘‘família com filhos adultos’’ e na geração acordeão, visto que o Sr. Heitor casou-se, formou família, divorciou-se e voltou para casa da mãe.

Esta família apresenta inúmeras fragilidades/problemas, o Sr. Heitor que começou por beber álcool com os seus 14 anos, este atualmente pouco lê e escreve devido às dificuldades de aprendizagem que teve e também pelo facto de faltar muitas vezes à escola para brincar com seus amigos, bateu na sua ex esposa porque descobriu que esta o traiu, sendo atualmente a relação entre os dois conflituosa, refugiou-se na bebida depois do divórcio e começa a fumar de forma compulsiva, despediu-se do emprego, dificuldades a nível económico, salientando que precisava de mais dinheiro pois os medicamentos são caros, não tem com quem falar quando tem problemas e consequentemente refugia-se na cama. Em relação à mãe esta apresenta problemas a nível emocional, pois teve 5 maridos e nunca se casou com nenhum, de todos os relacionamentos nasceu um filho(a), onde dois não sabem quem é o pai. Pode considerar-se que o sr. Heitor fez parte de uma família monoparental, visto que o pai do mesmo não é referido em nenhuma parte do texto e a sua mãe também foi muito ausente na sua infância pois tinha de trabalhar, sendo a avó a sua figura maternal nessa altura.

Como forças esta família tem relativamente poucas, podendo considerar o bom relacionamento com suas irmãs, já desde a sua infância, pois este com os seus 14 anos trabalhava e ajudava nas despesas de casa, sendo que depois do divórcio e ele estar numa etapa má da sua vida, uma das suas irmãs convidou-o a ir morar em sua casa, salientando então o subsistema fraternal o mais presente nesta família. Pode também considerar-se como força o facto de ele se continuar a dar bem com os filhos e eles o virem visitar de vez em quando, não quebrando a ligação por completo entre eles.

Em relação à rotina, de forma geral, é considerada sempre a mesma, visto que o senhor tem os seus hábitos normais de higiene e alimentação, apesar de não se alimentar em condições e nunca perdendo o hábito à bebida, visto que ainda bebe nas suas refeições. Tanto de manhã, à tarde como no final da tarde a sua rotina é sempre sair de casa durante um tempo, ir para o largo e voltar para casa, mostrando que o mesmo não realiza muitas tarefas nem tem muita convivência com outras pessoas a não ser os tios que é com quem passa momentos do seu dia-a-dia. O mesmo passa demasiado tempo na cama, parecendo que se refugia muito a ouvir rádio, pois sempre que está na cama fá-lo.

Em nenhum momento da sua rotina o senhor salienta a sua mãe. Esta rotina poderá trazer consequências no indivíduo, como sentimento de solidão, depressão, ansiedade, etc.

B.2.

Para esta família seria importante procurar redes formais de apoio de modo a ajudar a família a nível financeiro ou até mesmo ajudar a encontrar um trabalho que o mesmo consiga realizar, visto que o dinheiro não é suficiente para os medicamentos por serem demasiado caros, criar/desenvolver atividades para o Sr.Heitor, de modo a que este se sinta útil e possa fazer aquilo que gosta, como por exemplo a jardinagem, ou como também algo ligado à educação visto que não sabe ler/escrever a 100%, sendo uma forma de estar e de se sentir ocupado e ao mesmo tempo a aprender. Seria também importante promover a comunicação entre o Sr. Heitor e a sua mãe, pois nunca foi a melhor e atualmente parece estar pior, visto que nem a refere na sua rotina.

Parte III - ESTUDO DO CASO

Escolha de uma família

A escolha da família foi realizada tendo em conta o consenso de todos elementos do grupo. No dia 05 de janeiro de 2020 realizou-se o primeiro contacto com o elemento da família que irá ser estudada. No mesmo dia, realizou-se também a entrevista, sendo que foi um elemento do grupo a fazê-la devido à pessoa em questão se sentir à vontade.

Síntese dos dados recolhidos

A entrevistada é a senhora “A,” com 44 anos, esta reside em Viseu, tirou uma licenciatura e atualmente é empregada forense, casou-se em 2014, ou seja, com 39 anos de onde surgiu o divórcio, não constituindo família após o mesmo.

A senhora “A” e o seu ex marido conheceram-se através de amigos, em que houve uma maior convivência, começaram a sair os dois até que decidiram viver juntos, este casamento durou 5 anos e deste resultou uma filha, sendo a mãe a sua encarregada de educação.

O que levou a haver um divórcio deste casamento foram vários aspetos, pois havia diferentes prioridades em cada um, visto que já existia uma criança de outro casamento por parte da senhora, não havia acordo entre os dois a nível financeiro e a senhora sentia-se como se fosse empregada, não sentia que houvesse uma relação de casal, sendo que esta considera que estando casada ou só com filhos era praticamente o mesmo.

O processo do divórcio durou mais ao menos seis meses, apesar do divórcio não ter sido litigioso, foi apenas uma questão de chegarem a um acordo relativamente às responsabilidades parentais de cada um. A senhora A diz que no início se sentia numa situação de monoparentalidade, especialmente porque o pai não queria contribuir para ajudar a sustentar, assumir responsabilidades e não tinha predisposição para ficar noites e fins de semana completos com a filha, mas a entrevistada foi impondo isso de forma gradual e atualmente tudo corre melhor. Nesta fase a senhora teve ajuda especialmente da mãe, pai, irmão, sobrinhos, da família em geral.

Os filhos lidam bem com o divórcio, mas a senhora “A” considera que é preciso respeitar o espaço das crianças visto que é como se elas tivessem duas realidades, porque quando estão com a mãe é a realidade das rotinas, regras, ou seja, da vida diária e quando estão com o pai é uma rotina diferente porque não há rotina, é tempo livre, fins de semana, férias, ou seja, é mais para aproveitar. Considera também que a filha separa essas realidades, pois não fala muito daquilo que faz com o pai, pensando que se passa o mesmo quando está com o pai.

Após o divórcio a senhora “A” sentiu-se preocupada com as dificuldades financeiras, mas não muito pois a diferença não era relativamente grande, sentiu também que as suas preocupações e queixas sobre o seu relacionamento foram devidamente comunicadas, dizendo até que mantém uma relação pacífica, sem guerras com o seu ex-marido, apesar de normalmente ser por causa dos filhos e também por amigos em comum, estes conseguem conviver sem qualquer tipo de problema, de maneira civilizada, no entanto nunca são coisas combinadas, são apenas ocasiões.

Atualmente, o agregado da senhora é composto por três pessoas, a sua filha e o seu filho, com quem mantém uma boa relação. Normalmente, a rotina dos mesmos é a senhora “A” acordar às 7h15min, arranjar-se e tomar o seu pequeno almoço depois preparar a roupa para os filhos vestirem e o pequeno almoço deles, acordá-los e dar-lhes o pequeno almoço. Depois vestem-se, já que por norma tomam banho antes de irem dormir, lavam a cara e os dentes, mas tudo sempre a correr, saem de casa por volta das 8h35, deixa os filhos na escola e vai para o trabalho. Ao final do dia vai buscar os filhos, segue para casa, tenta sossegá-los nas suas brincadeiras enquanto faz o jantar, depois jantam, tomam banho e às 21h30min vão para a cama. A seguir, a senhora “A” ainda vai estender roupa, arrumar a cozinha, preparar os lanches para levarem para a escola e acaba por se ir deitar por volta das 23h30min.

Em relação à educação dos filhos às vezes sente dificuldade, pois não tem apoio que sustente as regras, as imposições, as rotinas e faz falta haver essa ajuda por parte do pai. Salientou que quando a filha está com o pai é sempre para tempo livre o que não acarreta que haja as mesmas regras e imposições que a senhora “A” tem todos os dias.

A senhora “A” deseja para a família paz e sossego, que se entendam o melhor possível, com paz de espírito e momentos felizes, tem em perspetiva que os filhos estudem e que tirem um curso se assim eles o quiserem, pois são eles que têm que decidir

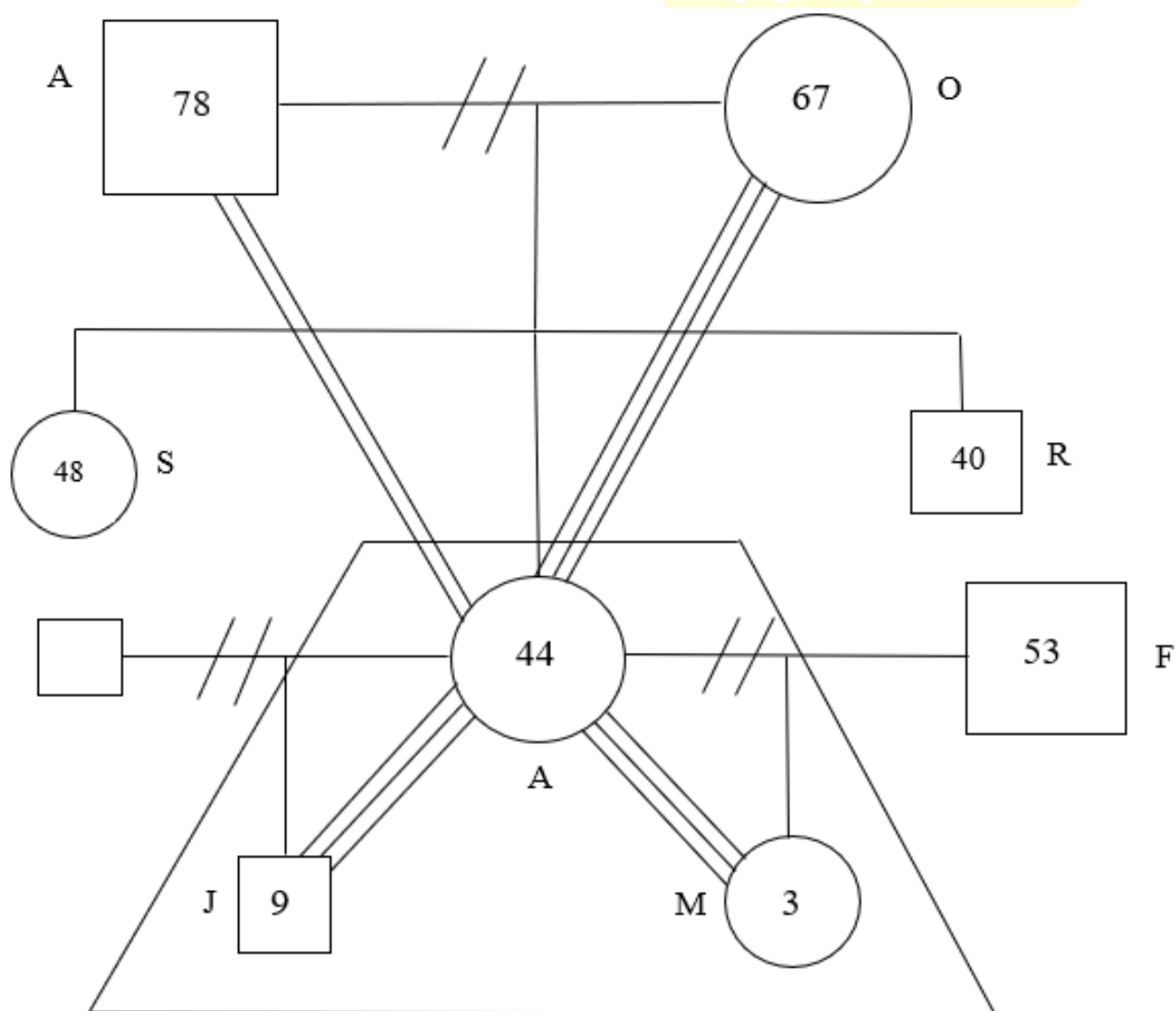
isso, apesar de se quiserem ir para a universidade terão de trabalhar, pois a mãe não tem possibilidades para os custos que a mesma implica, que consigam um emprego e que não sigam os passos da mãe a nível familiar.

Proposta e linhas de intervenção

Neste caso, o Educador Social poderia reencaminhar tanto a mãe como os seus filhos para um psicólogo, sendo o divórcio uma etapa difícil a ser superada e que influencia bastante os filhos. Por vezes as mães acarretam com as responsabilidades todas, sendo este um caso desses, seria então importante que fosse acompanhada a nível psicológico, de modo a facilitar e auxiliar a pressão que poderá sentir nesta fase. No caso dos filhos, muitas vezes estes refugiam-se não contando tudo aquilo que sentem aos pais e os pais não se apercebem disso, sendo o psicólogo importante neste processo.

Seria também importante que esta mãe fosse ajudada com apoios formais, de modo a auxiliar a família a nível financeiro, visto que tem os dois filhos à sua guarda.

Genograma Família "A"



Através deste genograma podemos perceber que a senhora "A", de 44 anos, é fruto do casamento entre o senhor "A" e a senhora "O" juntamente com uma filha mais velha e um filho mais novo. No entanto, podemos também ver que os pais da senhora "A" já não se encontram casados, tal como ela, que já se divorciou duas, tendo um filho de 9 anos do seu primeiro casamento e uma filha de 3 anos do seu segundo casamento.

Atualmente, o seu agregado familiar é formado por ela e pelos seus filhos, com mantém relações muito fortes. Tem ainda como grande apoio a sua mãe, com quem também tem relações muito fortes, e ainda o seu pai, que a ajuda igualmente, mas com quem mantém uma relação forte, não tão forte e tão chegada como no caso da relação com a mãe.

Escalas de avaliação

Para compreender melhor o tipo de apoio que a entrevistada possuía utilizamos a “Escala de Apoio Social”, de Dunst, Trivette e Deal (1998).

A partir de dados recolhidos consegue-se realizar uma análise quantitativa e qualitativa. No que toca à análise quantitativa, entende-se que a entrevistada (a senhora “A”) recorre a três elementos dos treze apresentados na escala para desabafar, os quais os pais, irmãos/cunhados e os amigos. Na segunda questão quem ajudou a tomar conta dos filhos foi o marido/companheiro. Quanto à questão de ajuda de resolução de assuntos junto de serviços ou pessoas, a entrevistada conta apenas com o apoio dos Irmãos/Cunhado. A senhora “A” procurou os pais, os irmãos/cunhados e os amigos para a encorajar/dar força quando as situações pareciam difíceis. Verificou-se que quando a mesma precisava de dinheiro recorria aos pais. Para o auxílio das lides domésticas a entrevistada não recorria a ninguém. Quando a senhora “A” desejava conviver ou fazer coisas que a distraíam ela procurava os irmãos/cunhados e amigos. Segundo ela, não necessitava de ninguém para o transporte. Para aconselhar a entrevistada recorria aos pais, irmãos/cunhado e os amigos. Por fim, à pergunta “A quem pediu informação a Serviços de apoio?” a entrevistada respondeu que eram outras Instituições/Serviços, especificando a Segurança Social.

Quanto à análise qualitativa entende-se que os apoios informais (“Pais, Irmãos/Cunhado e os Amigos”) são considerados os principais para entrevistada, uma vez que aparecem assinalados com maior frequência. Já nos apoios formais (“Outras Instituições/Serviços”) é considerado secundário, uma vez que só foi assinalado uma vez.

Para além destas informações, entende-se que a senhora “A” só recorre ao marido para tomar conta dos filhos.

Compreendemos, ainda, que a entrevistada não é apoiada ou não recorre aos Vizinhos, Colegas de trabalho, Sogros, outros familiares, Associações/Clubes e Técnicos.

CONCLUSÃO

Com a concretização deste portefólio consideramos que o mesmo permitiu um crescimento ao nível da aprendizagem e da consolidação dos conteúdos lecionados no decorrer das aulas, bem como dos conteúdos investigados. Gostaríamos de salientar alguns aspetos relevantes que interiorizamos com a realização da Parte I, uma vez que esta dependia de mais compreensão e de investigação.

Esta temática é bastante complexa e que exige apoios para que o processo não seja tão doloroso. É um acontecimento que acarreta diversas dificuldades, afastamento tanto dos pais como dos seus amigos e familiares. Reforça-se que apesar deste acontecimento, os pais exercem a parentalidade, possibilitando que as crianças se desenvolvam a nível psicológico e emocional.

No que diz respeito aos apoios, percebemos que existem dois tipos de apoios: os formais e os informais, sendo que ambos são importantíssimos, pois visam uma melhor qualidade de vida e estes são um suporte para estas famílias que se encontram neste processo complexo.

Quanto ao estudo de caso, consideramos que nos foi muito útil para consolidar alguma informação que outrora não tinha sido esclarecida, além do mais ficamos a conhecer, um caso concreto, de como lidam as pessoas com um processo de divórcio.

Voltando-nos para trabalhos futuros, consideramos necessário que continue a existir estudo em torno desta temática, sendo que a mesma tende a ser cada vez mais frequente. E como futuras educadoras sociais achamos pertinente apoiar estas famílias no processo, e, se necessário, encaminhar para um psicólogo, de forma a que este crie uma nova forma de interação entre os pais, melhorando os padrões de comportamento de todos, em benefício do bem-estar dos filhos e para que se evitem a existência de mais conflitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Botelho, P. A. P. (2018). Percepção dos fatores desencadeadores de separação conjugal. Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Retrieved from file:///C:/Users/user/Downloads/2018-fatores.pdf
- Caramelo, M. (2008). Divórcio. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Retrieved from file:///C:/Users/user/Downloads/2008008.pdf
- Carneiro, M. M. (2018). Família, casamento e divórcio na pós-modernidade: refletindo sobre relacionamentos. Faculdade de Ciências da Saúde, UniCEUB – Centro Universitário de Brasília. Retrieved from file:///C:/Users/user/Downloads/20311340-3.pdf
- Denardi, G. E., Moura, C. I., & Fernandes, C. M. (2016). As práticas colaborativas como um recurso para as situações de divórcio. *Revista Da Faculdade de Direito Da UFRGS*, esp.(36), 56–72.
- Diniz, F., Roldão, Edson, & Felicio. (2017). Breves considerações sobre os impactos do divórcio nos diferentes estágios do ciclo de vida familiar. *Anais Do EVINCI – UniBrasil*, 3(2), 987–1004. Retrieved from file:///C:/Users/user/Downloads/3762-14451-1-PB-3.pdf
- Hack, K. P. M. S. (2010). Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, 22(1), 85–97.
- Lage, S. O. J. M. (2018). O processo de divórcio e a coparentalidade – Um estudo qualitativo com pais divorciados. Universidade Lusófona do Porto. Retrieved from file:///C:/Users/user/Downloads/Tese-Final-Maria-Jo%C3%A3o-Oliveira-Silva-Lage-21601417.pdf
- Martins, R. I. A. (2010). Impacto do divórcio parental no comportamento dos filhos. Fatores que contribuem para uma melhor adaptação. Implicações médico-legais. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto. Retrieved from file:///C:/Users/user/Downloads/Tese-de-Mestrado-Ana-Martins-impacto-no-divorcio-parentl-no-comportamento-dos-filhod-1.pdf

Pedro, V. M. L. A. (2013). Filhos do divórcio: “quando os meus pais se divorciaram.” Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10400.19/1871>

Pires, R. S. A. (2008). Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Retrieved from file:///C:/Users/user/Downloads/20978_ulsd056139_tm.pdf

Schwingel, M., & Carvalho, C. (2010). As vozes dos pais sobre o dia-a-dia dos filhos após o divórcio. I Seminário Internacional “Contributos Da Psicologia Em Contextos Educativos,” 1771–1784.

Silva, E. H. J. (2013). Famílias multidesafiadas em contexto de pobreza: vulnerabilidade e forças familiares- Refletindo acerca da intervenção. Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa. Retrieved from file:///C:/Users/user/Downloads/ulfpie044764_tm-1.pdf

Silva, O. T. I., & Gonçalves, M. C. (2016). Os efeitos do divórcio na criança. Psicologia.Pt.

ANEXOS

ANEXO A- ENTREVISTA

Podemos fazer a gravação áudio da entrevista?

Sim, podem.

Qual é o seu nome completo?

“A”

Que idade tem?

44 anos.

Onde mora?

Em Viseu,

Qual o seu nível de escolaridade?

Licenciatura.

Qual a profissão?

Empregada forense.

Atualmente, quantos são os membros do agregado familiar?

São 3.

Como foi o início da formação do casal?

Conheceram-se através de amigos e começou a haver uma maior convivência, a haver saídas juntos e as coisas foram evoluindo para mais até que decidiram ir viver juntos.

Com que idade se casou?

Em 2014, ou seja, com 39 anos.

Quanto tempo esteve casada?

Durante 5 anos.

Qual o motivo que levou ao divórcio?

Foram vários: havia uma diferença das prioridades de cada um visto que já existe mais um elemento, a existência de uma criança; não conseguiam ter acordo relativamente a questões financeiras e a senhora A sentia-se como se fosse empregada e que não notava que houvesse uma relação de casal, sendo que esta considera que estando casada ou só com os filhos era praticamente a mesma coisa.

O divórcio foi litigioso?

Não.

Quanto tempo é que demorou o processo do divórcio?

Foram mais ou menos seis meses, foi só uma questão de chegarem a acordo relativamente às responsabilidades parentais de cada um.

Teve apoio de outras pessoas na fase de divórcio?

Sim, da mãe, pai, irmãos, sobrinhos, da família no geral.

Tem a certeza de que as suas preocupações e queixas sobre o seu relacionamento antigo foram devidamente comunicadas?

Sim, absoluta.

Apesar do sucedido, sentiu-se preocupada para as dificuldades financeiras que o divórcio acarreta?

Sim, apesar de a diferença não ter sido grande por acabava por ser mais ou menos semelhante ao que é agora.

Desse casamento existiu filhos? Se sim, quantos?

Sim, uma filha.

Se alguma vez se sentiu numa situação de monoparentalidade?

Às vezes sim, no início especialmente porque o pai não quis logo contribuir para ajudar a sustentar, assumir as suas responsabilidades e não tinha predisposição para ficar noites e fins de semana completos com a filha, mas aos poucos a senhora A foi impondo isso de forma gradual e agora as coisas já correm melhor. Mas no início sentiu que era só ela para tudo.

Quem é o encarregado de educação?

É a senhora A.

Sente dificuldade na educação dos filhos?

Às vezes, porque há a dificuldade de não ter um apoio que sustente as regras, as imposições, as rotinas, e faz falta essa ajuda, haver o pai e a mãe para sustentar essas decisões. E ainda a questão de que quando vai para o pai vai só em alturas que é para ser coisas boas, para ter tempo livre, não tem a obrigatoriedade de impor regras e rotinas diárias como a senhora A tem que fazer todos os dias e é nisso que sente falta, de alguém que ajude na imposição destas regras que são necessárias à educação das crianças, mas considera que dá conta do recado.

Mantém uma boa relação com os seus filhos?

Sim, claro que sim

Os filhos lidam bem com a situação? Se não, qual o método usado?

Sim lidam, e não foi preciso nenhum método em específico, mas considera que é preciso respeitar o espaço das crianças visto que é como se elas tivessem duas realidades, porque quando estão na sua realidade é a realidade das rotinas, das regras, ou seja, da vida diária, quando estão com o pai é uma rotina diferente porque não há rotina, é tempo livre, é fim de semana, é férias e é mais para aproveitar. Considera também que ela separa essas realidades porque está consigo não fala muito daquilo que faz com o pai e pensa que se passa o mesmo quando está com o pai, como se tivesse dois mundos.

Mantém uma boa relação com o ex-marido?

Conseguem comunicar pacificamente, sem guerras.

Essa relação é estritamente por causa dos filhos?

Normalmente é, mas como têm amigos em comum conseguem estar a conviver os dois sem qualquer tipo de problema, de maneira civilizada, no entanto nunca são coisas combinadas, são apenas ocasiões que surgem.

Como é que o agregado familiar se organiza no dia a dia?

A senhora A acorda às 7h15, arranja-se e toma o seu pequeno almoço depois prepara a roupa para os filhos vestirem e o pequeno almoço deles, acorda-os, dá-lhes o pequeno

almoço e depois vestem-se, porque por norma tomam banho antes de irem dormir, lavam a cara e lavam os dentes, mas tudo sempre a correr, saem de casa por volta das 8h35, deixa os na escola e vai para o trabalho. Depois ao final do dia vai buscar os filhos, vai para casa, tenta sossegá-los nas suas brincadeiras enquanto faz o jantar, depois jantam, tomam banho e às 21h30 vão para a cama. A seguir, a senhora A ainda vai estender roupa, arrumar a cozinha, preparar os lanches para levarem para a escola e acaba por se ir deitar por volta das 23h30.

Constitui família outra vez após o divórcio?

Não

O que é que deseja para a família no futuro?

Paz e sossego, entenderem-se o mais possível, com paz de espírito e momentos felizes.

Quais são as perspetivas que tem para o futuro dos filhos?

As perspetivas são que eles vão estudar, que consigam tirar um curso aquilo que eles quiserem, se não quiserem tirar nenhum curso também não vai obrigar porque tem que ser uma decisão delas, mas espera que sim que eles vão, apesar de irem ter que trabalhar e estudar porque ela sozinha não consegue sustentar os gastos que a universidade implica. Que consigam um emprego e que não sigam os passos da mãe a nível familiar.

ANEXO B- CONSENTIMENTO INFORMADO

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM RECOLHA DE DADOS

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorrecto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Título do estudo: Família divorciada

Enquadramento: O trabalho será realizado no âmbito da unidade curricular de Famílias e Redes Sociais de Apoio, do curso de Educação Social da Escola Superior de Educação, sob a orientação das docentes Sara Felizardo e Cátia Magalhães.

Explicação do estudo: A entrevista destina-se à recolha de informação relativamente às relações familiares do entrevistado, as mesmas serão aplicadas a um membro da família. Estas serão de breve duração. O local para a entrevista ficará ao seu critério.

Condições: A participação nesta entrevista é de carácter voluntário, assegurando-se a ausência de prejuízos, caso não queira participar.

Confidencialidade e anonimato: A confidencialidade e o anonimato serão garantidos, visto que os dados recolhidos, através da gravação áudio, serão para uso restrito do presente trabalho e a sua identificação será sempre confidencial.

Desde já agradecemos a sua colaboração e disponibilidade!

Carolina Lacerda, endereço eletrónico: esev13149@esev.ipv.pt

Daniela Lourenço, endereço eletrónico: esev13183@esev.ipv.pt

Diana Neves, endereço eletrónico: esev13147@esev.ipv.pt

Tânia Santos, endereço eletrónico: esev13156@esev.ipv.pt

Estudantes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu

Assinatura/s: Carolina de Sá Matos Lacerda.....

Daniela Filipa Rodrigues Lourenço.....

Diana Isabel Moreira Neves.....

Tânia Raquel dos Santos.....

-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para este fim e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Nome: Angela Patricia Lacerda de Sá Soares Pereira.....

Assinatura: Angela Patricia Lacerda de Sá Soares Pereira.....

Data: 05.11.2020

ESTE DOCUMENTO É COMPOSTO DE 1 PÁGINA E FEITO EM DUPLICADO:
UMA VIA PARA A INVESTIGADORA, OUTRA PARA A PESSOA QUE CONSENTE

ANEXO C- ESCALAS PREENCHIDAS – “Escala de Apoio Social”

ESCALA DE APOIO SOCIAL

Gostava de saber a que pessoas/instituições ou técnicos recorreu, quando precisava de ajuda nalgum dos seguintes aspectos:

QUE PESSOAS OU GRUPOS INDICADOS LHE PRESTARAM AJUDA, PARA CADA UM DOS ASPECTOS SEGUINTE:	Marido/Companheiro	Pais	Sogros	Filhos	Irmãos/Cunhados	Outros familiares	Vizinhos	Amigos	Colegas de trabalho	Associações/Clubes (Especifique)	Outras instituições/Serviços (Especifique)	Técnicos (Especifique)	Outros
1. Quem procurou para falar/desabafar?		X			X			X					
2. Quem a ajudou a tomar conta dos seus filhos?	X												
3. Quem a ajudou a resolver assuntos junto de Serviços ou pessoas?					X								
4. Quem a encorajou ou deu força quando as coisas pareciam difíceis?		X			X			X					
5. Quem lhe emprestava dinheiro ou dava dinheiro em caso de necessidade?		X											
6. Quem a ajudou nas lides domésticas?													
7. Quem procurava quando desejava conviver ou fazer coisas que a distraíam?					X			X					
8. Quem a transportava quando necessitava?													
9. Quem procurava quando necessitava de alguém que lhe desse conselhos?		X			X			X					
10. A quem pediu informação a Serviços de apoio?												X Sig Social	

Versão adaptada de C. J. Durr, C. M. Trivette e A. G. Deal (1998). "Enabling and Empowering Families: Principles and Guidelines for Practice" (pag. 162).